

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Serviço Social

**CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: A FORMAÇÃO
SOCIOPOLÍTICA DE LIDERANÇAS POPULARES EM DEBATE**

Jaqueline Dias Barreira Mariscal

Florianópolis

2019.

Jaqueline Dias Barreira Mariscal

**CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: A FORMAÇÃO
SOCIOPOLÍTICA DE LIDERANÇAS POPULARES EM DEBATE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de Bacharel, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos

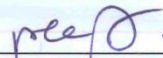
Florianópolis

2019

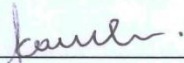
JAQUELINE DIAS BARREIRA MARISCAL

**CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA
DE LIDERANÇAS POPULARES EM DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Prof. Dra. Maria Teresa dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente



Prof. Dr. Francisco Canella
Universidade do Estado de Santa Catarina
1º Membro Examinador



Prof. Dra. Michelly Laurita Wiese
Universidade Federal de Santa Catarina
2ª Membro Examinador

Florianópolis, 25 de junho de 2019.

Dedico este trabalho a todas as lideranças comunitárias, militantes, ativistas, conselheiros e todos àqueles que se identificam com a luta coletiva e resistem a toda e qualquer forma de opressão e injustiça.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho me motiva a diversos agradecimentos ao qual inicio agradecendo ao Universo por me inspirar em diversos momentos para esta realização, e mais ainda:

Aos meus pais, Maria Elena e Jaime (*in memoriam*) por toda força e amor;

À professora Maria Teresa, pelo carinho, amizade, dedicação, cuidado e perseverança, pelas orientações e para além delas, muito obrigada!

À atenciosa professora Iliane, pelo afeto, por todo conhecimento compartilhado, pela disponibilidade e acolhimento de sempre;

Aos meus companheiros de jornada e os laços afetivos criados ao longo desse processo;

À tod@s nessopian@s;

À minha amada irmã Thaila, no apoio para as transcrições das entrevistas;

Ao meu companheiro Aurélio, por tudo!

E por fim, toda minha gratidão às lideranças entrevistadas que muito contribuíram para as reflexões deste trabalho.

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a contribuição dos cursos de formação sociopolítica desenvolvidos pelo NESSOP, no fortalecimento dos movimentos sociais e da representação popular da sociedade civil nos conselhos de direito em Florianópolis. Para o alcance do objetivo foram analisadas as edições do Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais (CFP), compreendida em dois ciclos: de 2009 a 2012 e 2017 a 2018. A metodologia utilizada nesta elaboração foi de caráter quanti-qualitativa, utilizando-se, para tanto, a análise de documentos do acervo do NESSOP que incluíam relatórios das edições do CFP, bem como, os projetos e planos do Núcleo. Realizaram-se também entrevistas semi-estruturadas com quatro lideranças de Florianópolis que reforçou as análises, nas quais se pode chegar a um perfil, predominante, no CFP, considerando as análises de gênero, faixa etária e nível de escolaridade. Buscou-se também apontar a avaliação dos sujeitos quanto alguns elementos de ordem pedagógica executadas no decorrer das aulas. Outro aspecto acentuado ao longo do trabalho foi quanto às mudanças na Política de Educação Nacional, em especial no que se refere ao ensino superior e à extensão universitária, a qual merece total atenção ante as condicionantes da atual conjuntura. A partir das análises constatou-se a relevância da formação política para a militância dos sujeitos em suas ações, assim como também, questionamentos e incertezas quanto ao futuro das formações vinculadas a extensão e as possibilidades de continuidade das atividades desenvolvidas pelo Nessop.

Palavras Chaves: **Movimentos Sociais; Formação Política; Extensão Universitária.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das lideranças entrevistadas.....	17
Quadro 2 – Representação dos Fóruns no CFP.....	43
Quadro 3 – Apresentação Geral dos CFP's.....	48
Quadro 4 – Conteúdo do CFP Edição 2017.....	59
Quadro 5 – Conteúdo do CFP Edição 2018.....	60
Quadro 6 – Atividades de formação realizadas pelo Nessop (1998 – 2010).....	81
Quadro 7– Relação dos membros ativos no Nessop 2019.....	83
Quadro 8 – Projetos do Nessop nas linhas de pesquisa e extensão (2018 – 2020).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participantes do CFP segundo vinculação ou representação.....	37
Tabela 2 – Participantes no CFP segundo gênero declarado.....	50
Tabela 3 – Faixa etária dos participantes do CFP.....	53
Tabela 4 – Escolaridade dos participantes do CFP.....	54
Tabela 5 – Questão avaliativa 1.....	61
Tabela 6 – Questão avaliativa 2.....	62
Tabela 7 – Questão avaliativa 3.....	62
Tabela 8 – Questões avaliativas CFP 2017.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

APP – Associação de Pais e Professores

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CF – Constituição Federal

CFP – Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMC – Comissão Mista de Curricularização

CMV-UFSC – Comissão Memória e Verdade da UFSC

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CSE – Centro Socioeconomico

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DSS – Departamento de Serviço Social

FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Sócios Econômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

IES – Instituição de Ensino Superior

LDBEN – Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional

LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOAS – Leis Orgânicas de Saúde

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Sem Terra

MSU – Movimentos Sociais Urbanos

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEDC – Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário

NEP – Núcleo de Estudos das Populações

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

NMS – Novos Movimentos Sociais

OS – Organização Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDI – Planos de Desenvolvimento Institucional

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Política Nacional de Educação

PP – Partido Popular

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUS – Sistema Único de Saúde

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 NESSOP e o Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais (CFP).....	14
1.2 Metodologia de Pesquisa.....	15
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO: SUJEITOS E TRAJETÓRIAS DO CFP..	19
2.1 Os movimentos sociais no contexto da ditadura.....	19
2.2 Um breve resgate dos novos movimentos sociais e dos movimentos sociais urbanos no Brasil.....	25
2.3 Experiências e trajetórias de lideranças populares de Florianópolis.....	33
2.4 A particularidade dos movimentos sociais a partir da inserção no CFP.....	36
2.5 Participação e as novas formas de organização e mobilização: os conselhos de direito.....	39
3 FORMAÇÃO POLÍTICA: COMO E PARA QUÊ?	46
3.1 Caracterização do Projeto CFP	46
3.1.1 CFP: Período de 2009 a 2012	54
3.1.2 CFP: Período de execução de 2017 e 2018.....	56
3.2 Avaliação do CFP pelos sujeitos participantes.	60
3.3 A formação política de quadros como desafios para o NESSOP	69
4 A FORMAÇÃO PERMANENTE DE LIDERANÇAS COMO DESAFIO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM XEQUE	75
4.1 A Extensão e o Papel da Universidade: a perspectiva da curricularização da extensão universitária	75
4.2 O CFP e o Nessop: sobre as condições concretas de se realizar extensão universitária.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	96

1 INTRODUÇÃO

As lutas dos movimentos sociais pela conquista de direitos têm acompanhado e impactado nas transformações históricas da sociedade, tanto nas dimensões política e econômica quanto na social. As ações coletivas como característica principal desses movimentos, tomam por base os protestos organizados pelos trabalhadores operários em Londres em meados de 1824 quando à época mantinham suas reivindicações voltadas para negociações trabalhistas, como salários e jornadas de trabalho.

O curso da história, porém, foram incutindo a necessidade de novas lutas, assim, as reivindicações calcadas nas relações trabalhistas, caminharam progressivamente, para conquistas de direitos em outras esferas, como a saúde e previdência (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Com a expansão da globalização e o mundo contemporâneo houve uma crescente mobilização popular e assim, a luta dos movimentos sociais já não se limitava apenas as questões relacionadas ao trabalho e, ainda que esta demanda permaneça no bojo da luta dos movimentos até os dias atuais, outras camadas da sociedade são incorporadas aos movimentos populares de luta e resistência frente à falta de políticas específicas e a violação de direitos.

Nessa direção, as bandeiras de lutas que se destacam são das causas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), negros, mulheres, idosos, indígenas dentre outras que passam a ter maior visibilidade na cena política com proposições em temáticas específicas. Esses segmentos ganharam força a partir da década de 1990 com os chamados “novos movimentos sociais” (NMS).

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 novos espaços de participação da sociedade são instituídos e no processo de redemocratização do Brasil se estabelece a criação de conselhos de direitos como um espaço de representação direta da sociedade civil nas decisões sobre a criação e execução de políticas públicas (BRAVO; MENEZES, 2012) efetivando assim a democracia participativa.

O contexto atual brasileiro, pós-golpe de 2016, nos impõe uma realidade de incertezas diante da forte ameaça à democracia que decorrem dos ataques aos direitos impostos pela ofensiva neoliberal em um caótico cenário de crise e de desmonte das políticas sociais.

A conjuntura de tensão política, econômica e social, que se desdobra anterior ao impedimento da Presidenta Dilma em 2016, se revitaliza com a gestão de Jair Messias¹ Bolsonaro, presidente eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) nas eleições de 2018 com 55% dos votos, na qual disputou o segundo turno com o então candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

O presidente eleito inspirou a exposição de uma tendência até então pouco velada, o autoritarismo. Bolsonaro, que antes de sua vitória nas eleições presidenciais ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados desde 1991, veio desde então, ganhando notoriedade e muitos seguidores, pregando discursos de ódio contra negros, mulheres, quilombolas, LGBT's, entre outras minorias organizadas, além de demonstrar-se nostálgico com o período da ditadura militar.

Uma das medidas mais polêmicas e que foi promessa de sua campanha eleitoral trata da liberalização do porte de armas que flexibiliza o acesso as armas de fogo². Outras ações do governo nos dois primeiros meses de gestão, ainda incluem a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e dos ministérios do Trabalho, da Cultura, das Cidades, Esportes e Integração Racial.

Porém, a proposta da Reforma da Previdência irrompe como a medida mais perversa e danosa ao trabalhador e a população menos favorecida do país.

Entre os principais pontos da proposta que impede o acesso dos brasileiros a aposentadoria, e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados estão:

- **Idade mínima:** Homens deverão ter 65 anos e mulheres 62 anos para se aposentar;
- **Tempo mínimo de contribuição:** Será de 20 anos tanto para homens quanto para mulheres;
- **Aposentadoria por tempo de contribuição:** Essa possibilidade deixa de existir;
- **Aposentadoria rural:** A idade mínima passa a ser de 60 anos para mulheres e homens;
- **Professores:** Idade mínima de 60 anos para homens e mulheres com tempo de contribuição mínimo de 30 anos;
- **100% do benefício:** Os brasileiros que ganham acima de um salário mínimo precisarão contribuir por 40 anos para conseguir se aposentar com 100% do salário de contribuição (cujo teto hoje é de R\$ 5.839 mil);

¹ Jair Messias Bolsonaro tomou posse como presidente no dia 01/01/2019 após a vitória com mais de 55% dos votos válidos disputados no segundo turno das eleições em outubro de 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/vempraposse/noticias/a-historia-e-as-principais-ideias-do-presidente-jair-bolsonaro>.

² O texto assinado em janeiro de 2019, altera o Decreto 5.123 de 2004 que regulamenta o Estatuto do Desarmamento tornando o acesso às armas de fogo menos rígido. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5123.htm.

- **Regra de transição:** O trabalhador que pretende se aposentar por tempo de contribuição poderá escolher a regra de transição que mais lhe beneficiar entre três possibilidades;
- **Servidores públicos:** Os servidores terão que comprovar 25 anos de serviço (20 no serviço público e cinco no último cargo);
- Novas alíquotas de contribuição;
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** os idosos só poderão ter acesso ao valor quando atingirem 70 anos;
- **Policiais civis e federais:** A proposta é mudar também para essas categorias, em terão idade mínima de 55 anos, com tempo de contribuição mínima de 30 anos para homens e 25 anos para mulheres;
- **Políticos:** Com o regime atual de aposentadoria dos políticos extinto, Os novos eleitos passarão a fazer parte automaticamente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Ou seja, vão se aposentar com as mesmas regras dos trabalhadores da iniciativa privada;
- **Militares:** Foi adiantado, porém, que os militares terão de contribuir por 35 anos. Hoje, o período de contribuição é 30 anos;
- **Aposentadoria por incapacidade permanente:** O benefício deixa de ser integral (100%) e passa a obedecer a uma fórmula: 60% mais 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos, levando em conta a média dos salários de contribuição;
- **Pensão por morte:** Também deixa de ser paga integralmente, tornando-se 60% mais 10% adicionais por cada dependente. Assim, receberá 100% apenas o pensionista que tiver cinco ou mais dependentes (FRENTE PARLAMENTAR DA PREVIDÊNCIA, 2019).

Uma das primeiras medidas assinadas pelo presidente e que segue na contramão dos direitos foi o decreto que fixa o salário mínimo em R\$ 998,00, ficando abaixo do estipulado pelo orçamento da União, que era de R\$ 1.006,00.

Assim, embora a gestão ainda seja recente, as ações do governo ultradireitista já deram indícios de uma orientação excludente com a subtração de direitos dos trabalhadores. Medidas que incidem sobre ombros seletivos, atingindo, majoritariamente os setores mais baixos da sociedade, insuflando, conseqüentemente, questões como o aumento da miséria, já que a população de baixa renda é também acometida pela precarização dos serviços públicos, sobretudo, nas áreas da saúde e educação, além da intensificação da violência.

No mesmo contexto, outra vertente igualmente preocupante permanece nos índices de desemprego, que no último trimestre atingiu mais de 13 milhões³ de pessoas.

Ao passo que a redução dos repasses financeiros e recursos humanos subtraem as condições de acesso aos serviços públicos das camadas mais vulneráveis da sociedade, exigem-se dos movimentos e coletivos sociais, novas e eficácias estratégias de enfrentamento para a reafirmação das conquistas pelos direitos.

³ Segundo dados do IBGE de março de 2019, o desemprego voltou a subir e atingiu 12,4% no primeiro trimestre do ano. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24110-desemprego-sobe-para-12-4-e-populacao-subutilizada-e-a-maior-desde-2012>.

O desafio aos segmentos populares da sociedade ainda se acentua diante da possibilidade de criminalização dos movimentos sociais e lideranças apresentada nas alterações da Lei Antiterrorismo de nº 13.260/2016⁴ que amplia o conceito e as condutas consideradas como atos de terror.

Nesse sentido, a mobilização dos movimentos sociais é fundamental ao dar visibilidade à insatisfação e descontentamento da população diante da ascensão liberal-conservadora.

Assim, pensar possibilidades de formação política desses sujeitos, com a finalidade de uma atuação eficaz, sustentada por uma reflexão crítica acerca da realidade em que vivem e da conjuntura em que atuam torna-se essencial, tanto para o alcance dos objetivos que se busca quanto para a manutenção desses segmentos populares.

Dessa forma, o presente trabalho pretende discorrer sobre a importância da formação política de sujeitos populares no interior das organizações e setores populares como forma de enfrentamento às políticas conservadoras e ao progressivo ataque aos direitos sociais.

É nesse contexto regressivo dos direitos que este trabalho busca analisar o Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais (CFP) na relação com os sujeitos e os movimentos sociais que participaram das atividades de formação sociopolítica do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O tema emergiu da experiência acadêmica como bolsista de extensão no projeto CFP e a realização das três fases de estágio obrigatório no Nessop e que no período de 03 anos de vivência contribuiu de maneira significativa para o processo de formação oportunizada pela aproximação com a realidade concreta dos sujeitos participantes do CFP e a reflexão sobre suas demandas e as adversidades imposta pela conjuntura nacional e local.

1.1 NESSOP e o Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais (CFP)

Criado há mais de vinte cinco anos, o Nessop vem, desde então, desenvolvendo ações extensionistas e de pesquisa, de caráter político e participativo junto a movimentos sociais em

⁴ Atos de terrorismo de acordo com o PLS 272/2016 são condutas de: incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, além dos atos de interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/20/mudanca-na-lei-antiterrorismo-opoe-representantes-de-movimentos-sociais>.

contato direto com organizações populares e comunitárias, o que torna o Núcleo uma referência enquanto espaço de formação na articulação com o ensino e a pesquisa como também uma referência política organizativa em Santa Catarina e, principalmente em Florianópolis.

Entre as ações realizadas pelo Núcleo destaca-se o CFP, uma das atividades de formação que o Nessor desenvolve desde 2009, quando o formato e a duração do curso eram maiores em relação às edições realizadas desde 2017.

Em 2018 o Nessor realizou a 6ª edição do projeto CFP cujo público-alvo são os participantes de movimentos sociais, entidades comunitárias e representantes da sociedade civil nos Conselhos de Direito e Gestão das Políticas Públicas e objetiva desenvolver atividades de formação sociopolítica, com vistas a fortalecer e qualificar a participação desses sujeitos nos espaços públicos de decisão e a consolidação da democracia.

O CFP é oferecido anualmente e desde sua criação segue uma proposta pedagógica ancorada na perspectiva da educação popular, ou seja, participativa e comprometida com o diálogo privilegiando a fala do sujeito na socialização de suas experiências e saberes fazendo-os reconhecer-se também como protagonista de sua prática.

1.2 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa para a elaboração deste trabalho contemplou a análise documental de relatórios e demais materiais utilizados nas edições do CFP, como fichas de controle de frequência, fichas de avaliação, material didático e ficha cadastral dos participantes. O método tem o intuito de resgatar o caráter histórico do CFP impresso nas edições passadas na tentativa de compreender as mudanças no interior das organizações populares em um comparativo com o movimento atual e os impactos da formação na realidade dos sujeitos.

Embora as pesquisas documentais possam inferir certa semelhança com as bibliográficas, o traço que as difere encontra-se na natureza das fontes (GIL, 2007), pois, enquanto a análise bibliográfica se utiliza de autores diversos sobre determinado assunto, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 66).

Para um respaldo das análises de questões mais específicas e que não pode ser respondidas de forma apenas quantificável, adota-se a pesquisa qualitativa, que para Minayo

(2003) se contrasta à quantitativa por não haver um elemento social mensurável ou que possa ser quantificado nesse método de análise, ou seja, a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p.22).

A autora chama a atenção, no entanto, para afirmar que não há oposição entre os dados quantitativos e qualitativos, mas que uma forma complementa a outra:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

Para a obtenção dos dados necessários à investigação proposta, e como forma de adquirir novas informações e reflexões sobre a realidade, foi realizada quatro entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A) com sujeitos participantes dos cursos de formação desenvolvidos pelo Nessop em que relatam suas experiências de participação no CFP.

Para Gil (2007) a entrevista pode ser definida como uma

Técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados [...] é, portanto, uma forma de interação social [...], é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2007, p. 117).

Assim, a população-alvo da entrevista compreendeu militantes que atuam na região de Florianópolis, tendo como característica comum, a participação nos cursos de formação desenvolvidos pelo Nessop, mais especificamente o CFP, entendendo que a relevância da formação política para os sujeitos, deva ser considerada a partir da própria perspectiva do sujeito implicado no processo da formação.

Dessa forma, elegeram-se a princípio, cinco participantes, priorizando aqueles que haviam participado, tanto das primeiras quanto das últimas edições do CFP, porém, por uma questão de tempo e disponibilidade do sujeito, foi possível a realização de apenas quatro entrevistas, conforme mostra o quadro a seguir, no qual se apresenta o perfil das lideranças entrevistadas.

Quadro 1 - Perfil das lideranças entrevistadas.

Liderança	Gênero	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Movimento	Cargo
1	Masculino	66	Fundamental	Paraná	Comunitário	Ex-presidente
2	Masculino	68	Fundamental	Rio Grande do Sul	Conselho Local de Saúde	Coordenador
3	Feminino	59	Médio	Florianópolis	Conselho Local de Saúde	Secretária
4	Feminino	65	Superior	Paraná	Comunitário	Vice-presidente

Fonte: Elaboração própria com base no depoimento dos entrevistados.

Nessa direção, o objetivo central deste estudo é analisar a contribuição dos cursos de formação sociopolítica desenvolvidos pelo Nessop, no fortalecimento dos movimentos sociais e da representação popular da sociedade civil nos conselhos de direito em Florianópolis.

Quanto aos objetivos específicos destacam-se:

- Caracterizar os segmentos da sociedade civil e o perfil das lideranças populares que participaram das edições do CFP desenvolvido pelo Nessop no período de 2009 a 2018.
- Analisar os conteúdos desenvolvidos pelo CFP no contexto histórico em que foram oferecidos;
- Avaliar o significado do CFP na inserção/trajetória dos participantes nas organizações populares, movimentos sociais ou representação nos conselhos de direito.

O resultado do trabalho estrutura-se em três seções principais, além desta seção de introdução e das considerações finais, as quais foram organizadas da seguinte forma:

Segunda seção: Discutem-se os movimentos sociais e conselhos de direito. Aborda a trajetória dos movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1960, destacando os movimentos de traços urbanos até a conformação destes segmentos na atualidade. Apresenta-se o perfil das organizações e entidades das edições do CFP no período de 2009 a 2012 e as edições de 2017 e 2018, além da exposição dos relatos de experiência no CFP, ao longo deste trabalho, das quatro lideranças entrevistadas.

Terceira seção: Discorre sobre a caracterização do CFP, desde a primeira edição em 2009 até os dias atuais. Apresenta-se o perfil dos participantes das seis edições do curso, assim como, os resultados das avaliações feitas pelos participantes, ministrantes e equipe do CFP, além de abordar os próprios preceitos da formação política e seu significado no contexto do Curso.

Quarta seção: Além de abordar a caracterização do Nessop, se discorre sobre a extensão universitária, as mudanças na Política Educacional Brasileira e o papel da universidade e seu compromisso com a sociedade.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO: SUJEITOS E TRAJETÓRIAS DO CFP

Para melhor compreensão do que é o CFP e a quem ele se propõe, é importante contextualizar a trajetória dos movimentos sociais no Brasil buscando vivificar a percepção das condicionantes políticas e socioeconômicas na história de luta dos segmentos populares pela conquista de direitos, com a finalidade de compreender de que forma isso se particulariza na realidade das lutas sociais no atual contexto brasileiro e no cenário local.

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil foi marcada por lutas e embates populares que remonta desde o século XVI, contudo, pretende-se neste trabalho ater-se aos movimentos sociais mais recentes, sobretudo, àqueles de traços urbanos que eclodiram em São Paulo a partir dos anos 1960, na incandescência da ditadura militar.

Nesse sentido, a presente seção fará um breve resgate histórico discorrendo sobre a atuação dos movimentos sociais no contexto da ditadura e os desdobramentos que desencadearam em um processo de participação social mais amplo, em especial, a partir dos anos 1980, quando a eclosão dos novos segmentos populares da sociedade exprime novas formas de opressão e atraem maior visibilidade para distintas demandas como, por exemplo, os movimentos de mulheres e os movimentos sociais urbanos.

No campo da participação e controle social, os conselhos de direito foram uma conquista materializada a partir da Constituição Federal de 1988 que trouxe também outras conquistas na área da saúde, como a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS).

Será apresentado ainda, o perfil das entidades que participaram das formações políticas do CFP nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2017 e 2018.

A exposição dos dados da análise dos perfis apontará os possíveis condicionantes à participação dos sujeitos nas formações e as mudanças no perfil das entidades ao longo das edições que poderá indicar possíveis tendências nas formações futuras desenvolvidas pelo Nessop.

2.1 Os movimentos sociais no contexto da ditadura

De início, cabe destacar que a definição para movimentos sociais não é consenso na literatura, porém, neste trabalho parte-se da perspectiva de que são manifestações coletivas que representam os interesses das classes subalternas, em uma expressão da luta de classes

enquanto resultado da contradição entre capital e trabalho (BAZARELLO; DURIGUETTO, 2015).

No Brasil, a década de 1960 foi de acontecimentos históricos em diversos contextos, mas, foi no campo da política, com o golpe civil-militar que se constituiu um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil considerando seu significado na história e o impacto nas transformações de ordem econômica e social.

A autocracia burguesa operada pelo regime militar durou mais de 20 anos e, durante o período de 1964 a 1985 elegeu cinco presidentes, representados na figura de: Castelo Branco (1964 a 1967); Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969); Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974); Ernesto Geisel (1974 a 1979); João Baptista Figueiredo (1979 a 1985).

No entanto, cabe situar o leitor quanto aos fatos que antecederam o golpe e o período que marcou a história política do Brasil, e entre os precedentes do golpe estava a renúncia de Jânio Quadros à presidência da república, em 1961. Seu governo durou apenas sete meses e foi marcado por críticas e polêmicas.

No campo da política externa Jânio procurou romper com a dependência dos EUA enquanto tentava uma reaproximação com países socialistas, como União Soviética e China, o que desagradou os setores mais conservadores, dentre políticos e militares. Na política econômica, sem um projeto eficiente, a dívida externa e a inflação cresceram e uma das austeras medidas adotadas nesse sentido foi o congelamento dos salários. Outras causas dos enfrentamentos políticos decorreram da “guerra fria, petróleo, política sindical e trabalhista” (CARVALHO, 2002, p. 128).

As medidas de Jânio não agradaram o governo norte-americano e com isso, a ampliação de mercado consumidor externo não foi concretizada. Jânio, sem apoio e com baixa popularidade viu seu governo isolado e ao final dos sete meses de mandato renunciou ao cargo de presidente da república em 25 de agosto de 1961, alegando “impossibilidade de governar” (CARVALHO, 2002, p. 153).

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, seu vice-presidente de projetos e partidos díspares⁵, assumiu o posto de presidente da república no período de setembro de 1961 a abril de 1964. Seu governo também foi marcado por tribulações que iam da ordem econômica, com a inflação em alta, às tramas militares e perseguições políticas.

5 A Constituição de 1946 previa a eleição de presidente e vice-presidentes em pleitos eleitorais diferentes. Jânio Quadros se candidatou pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e João Goulart pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ver: José Murilo de Carvalho, em “Cidadania no Brasil: O longo caminho” (CARVALHO, 2002).

A economia no seu governo contava com elevada inflação que ele tentou, sem sucesso, combater por meio do Plano Trienal que pretendia acabar com a inflação e fazer o País crescer a uma taxa de 7% ao ano. A proposta do plano ocasionou conflitos entre a presidência e os demais setores do poder executivo.

Nesse íterim, houve a tentativa de alterar o sistema presidencialista pelo parlamentarismo com o propósito de subtrair os poderes de Jango. A intenção, no entanto, foi derrotada em plebiscito e Jango pôde gozar dos plenos poderes de presidente.

A crise política, no entanto, se agravou e Jango, antipatizado por parte da sociedade que não aprovava suas medidas favoráveis aos trabalhadores seguiu perdendo apoio. Parte do descontentamento decorria das tentativas de reforma de base intencionadas por Jango, entre elas, a reestruturação no setor fiscal, bancária, educacional, urbana e, principalmente, a reforma agrária. Essas medidas que visava diminuir as desigualdades sociais do Brasil, e que se tornaram a bandeira do governo João Goulart, foi também responsável pela reação negativa de proprietários de terras, parte das forças militares e políticos americanos.

A oposição, constituída por entidades conservadoras entre empresários e religiosos, passa então a organizar manifestações contra as medidas de Jango e conseguem reunir milhares de pessoas no que ficou conhecido como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O lema com tendencioso apelo religioso se espalhou por diversas capitais do país.

Os comícios se amparavam no discurso de um perigo comunista associado a Jango e ao seu governo. O comunismo, aliás, foi um dos motivos para justificar o golpe e a violência dos anos seguintes, conforme os dizeres de Carvalho (2002):

O perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar a repressão. Qualquer suspeita de envolvimento com o que fosse considerada atividade subversiva podia custar o emprego, os direitos políticos, quando não a liberdade, do suspeito. Como em geral acontece em tais circunstâncias, muitas vinganças pessoais foram executadas sob o pretexto de motivação política (CARVALHO, 2002, p.153).

Assim, no dia 1º de abril de 1964, João Goulart é deposto do cargo de presidente da república, e com a tomada de poder pelos militares todos os grupos considerados de oposição ao então regime foram colocados na ilegalidade. Houve intervenção militar nas ligas camponesas, na União Nacional dos Estudantes (UNE) e nos sindicatos, espaços considerados de apoio ao presidente Jango. Os sindicatos, aliás, que à época se mantinham sob a influência da ideologia comunista foi um dos principais focos de expurgo do governo militar (ALVES, 1984).

As organizações sindicais se estruturavam sob as definições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) criada no governo de Getúlio Vargas em 1943 com o intuito de colaborar junto ao Governo com as relações trabalhistas. A estrutura dos sindicatos estava voltada em atender aos interesses do Estado (ALVES, 1984).

Essas entidades financiadas por contribuição sindical anual⁶ e controladas pelo governo sofria intervenção do Ministério do Trabalho que tinha autorização para “afastar seus dirigentes eleitos, [...] anular eleições, vetar a candidatura de qualquer líder sindical e reconhecer legalmente os sindicatos ou retirar este reconhecimento” (ALVES, 1984, p. 69).

Com a consolidação do golpe o controle e a repressão sobre os sindicatos se intensificaram. As intervenções, concentradas nos grandes sindicatos, que afastaram membros de 452 sindicatos foram justificadas com três razões:

- Os funcionários dos sindicatos que haviam desaparecidos, e o Ministério do Trabalho presumiram abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis;
- Os responsáveis sindicais eram subversivos;
- O comandante militar da região fora obrigado a “ocupar as instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas” (ALVES, 1984, p.70).

Por meio do novo regime os sindicatos passaram a desempenhar funções na administração da previdência social a fim de gerir programas de assistência médica, dentária entre outros.

Para Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 71) “[...] o controle dos sindicatos era indispensável à efetivação das diretrizes de controle salarial que seriam um dos fundamentos do modelo econômico”. Com estas intervenções os militares intencionavam descobrir algum vínculo entre os sindicatos e o Comando Geral dos Trabalhadores⁷ (CGT), que fora extinto logo depois, assim como outras organizações sindicais.

⁶ A contribuição sindical representava um dia de trabalho ao ano do trabalhador descontado de seu salário. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/khwkr/pdf/keck-9788579820298-04.pdf>.

Este aspecto só foi modificado com a recente aprovação da reforma trabalhista que, por meio da Lei 13.467/2017 consagra o fim da referida contribuição obrigatória, que agora passa a ser condicionada somente com autorização expressa e prévia do empregado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.

⁷ Organização sindical de trabalhadores criada em 1962 durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado em São Paulo com o objetivo de orientar, coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro. Foi desarticulado devido à repressão desencadeada pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, que ocasionou a prisão de seus líderes, a intervenção nos órgãos sindicais oficiais filiados e a extinção de todas as demais organizações intersindicais. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>.

Entre as medidas da política econômica instaurada pelos militares estavam o arrocho salarial e o fim das garantias de estabilidade no emprego, assim, a resistência dos trabalhadores se mantinha de forma clandestina, tanto nas fábricas quanto nos bairros e sindicatos (KECK, 2010).

Ainda na conjuntura do regime militar foram criados 19 decretos, instrumentos legais chamados atos institucionais (AI's) que legitimavam o golpe civil-militar e assegurava o poder de governabilidade dos militares. Dentre os decretos, o AI-5 instituído durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva foi o mais repressor da ditadura, “o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis” (CARVALHO, 2002, p. 161).

Nas determinações impostas pelo AI-5 constava:

1. O fechamento do Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais;
2. Cassação aos mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal;
3. Suspensão por 10 anos dos direitos políticos dos cidadãos, e restituição do “Estatuto dos Cassados”;
4. Direito de demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;
5. Direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;
6. Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;
7. Direito de confiscar bens como punição por corrupção;
8. Suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional;
9. Julgamento de crimes políticos por tribunais militares;
10. Direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares;
11. Proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. (ALVES, 1984, p. 131).

Um dos diferenciais do AI-5 em relação aos anteriores estava no fato de que neste decreto não constava o prazo estipulado para sua vigência, assim, “todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o presidente da república assinasse decreto específico para revogá-lo” (ALVES, 1984, p. 131).

Os assassinatos, torturas e mortes no decorrer desse período foram incontáveis, e o número de desaparecidos, igualmente alto. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ⁸ foram 434 mortos e desaparecidos políticos, além de outras 200 mil pessoas vítimas de perseguição (BRASIL, 2014).

⁸ A CNV criada em 2011 por meio da Lei 12.528 no governo da presidenta Dilma Rousseff tinha o objetivo de investigar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas na ditadura e que era praticada por agentes do

Em Santa Catarina, estado de abrangência deste estudo, foi criada em 16 de dezembro de 2014 a Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC) com o objetivo de resgatar a memória do período da ditadura militar, no que diz respeito aos direitos humanos (UFSC).

Neste contexto de repressão, o mais forte movimento de oposição enfrentado pelos militares veio de lideranças políticas afastadas pelo regime militar e, principalmente dos estudantes, que revoltados com a medida de tornar o ensino público em caráter privado foram às ruas protestar.

Além do enfrentamento entre militares e a militância de estudantes, trabalhadores e sindicalistas, a repressão alcançou camadas da sociedade menos favorecidas econômica e socialmente, de forma igualmente violenta e com a privação das liberdades individuais, como no caso dos negros, mulheres e LGBT's que foram coibidos de manifestar qualquer afirmação racial ou de orientação sexual, considerados como ato de subversão.

No caso das mulheres, ligadas a movimentos e partidos progressistas frente à opressão militar, a história da ditadura reservou-lhes um capítulo denso e violento, no qual se tentava reforçar, por meio de torturas, agressões e estupros, que o lugar delas não era na política. “As mulheres foram diretamente afetadas como mães, avós e familiares de vítimas políticas” (PRIORI *et al*, 2012, p. 15). Um dos movimentos populares deste segmento no contexto da ditadura foi o Clube de Mães, criado no interior das Comunidades Eclesiais de Base⁹ (CEB) na década de 1970, no qual as mulheres realizavam atividades de corte e costura, cursos e discussões (SINGER, 1980, p. 110).

O AI-5, um dos mais duros golpes da ditadura militar contra a liberdade e a democracia foi extinto em 1978, no governo do então presidente Ernesto Geisel.

Dado o contexto da época compreende-se o regime militar como um período de ausência da democracia e de cerceamento da liberdade valendo-se da censura e da proibição de toda forma de manifestação política e participação popular.

Assim, com os sinais de esgotamento da ditadura militar ao findar do regime autoritário, os movimentos populares retornam a arena política mais fortalecidos quanto sua condição de espoliação fazendo emergir dos bairros das periferias uma diversidade de movimentos populares.

Estado contra os cidadãos opositores a repressão. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>.

⁹ As CEB's são modalidades recentes de organizações voluntárias, apoiadas por organismos institucionais da Igreja [...] passou a oferecer abrigo e espaço para movimentos estudantis e outros, desvinculados de filiação religiosa, que constituíam núcleos de resistência à opressão do Estado autoritário. Ver: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983, p. 59/60/61.

Além da ampla mobilização dos movimentos de base, o período também foi de abertura para novas proposições políticas que se iniciaram com a revogação do bipartidarismo, representadas pelos partidos Arena e MDB, e do surgimento a seis novos partidos políticos: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT) que à época foi a novidade no campo partidário (CARVALHO, 2002, p.176).

Com a legalidade dos partidos, a volta da liberdade de expressão e a retomada das eleições diretas, realizadas pela primeira vez em 1982 (CARVALHO, 2002) em todos os níveis, o Brasil seguia meio a um sentimento de nostalgia no que seria um reencontro com a democracia.

2.2 Um breve resgate dos novos movimentos sociais e dos movimentos sociais urbanos no Brasil.

Da conjuntura de violência impregnada nos ditos “anos de chumbo” da ditadura, o período mais repressivo do regime militar que foi do início da instituição do AI-5 em 1968 até 1974, se impulsiona a emergência das lutas populares e que vai, posteriormente, contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais no processo de redemocratização do Brasil a partir de 1985.

Na década de 1970 no Brasil, a concepção de movimentos sociais, ainda voltada hegemonicamente para os movimentos sindicalistas, foi no decorrer do período assumindo um novo aspecto a partir de sua retomada no processo de disseminação das lutas e demandas decorrente da emergência do “novo sindicalismo” que ocorre quando os trabalhadores reassumem sua ação política e o movimento operário auferir novas perspectivas, passando a uma atuação mais reivindicatória, muito embora, ainda permaneça até os dias atuais – em parte do movimento sindical – aspectos herdados do período militar, em que estavam sob a serventia da prestação de serviços assistenciais e atendimento aos associados (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

A atualidade, porém, não revela um cenário diferentemente favorável no sindicalismo brasileiro. O mais recente ataque do governo de Jair Bolsonaro ao setor sindical, veio por meio da Medida Provisória nº 873 de 1º de março de 2019 que dispõe sobre alterações na contribuição sindical, uma delas exige o recolhimento do imposto sindical somente por meio de boleto bancário (BRASIL, 2019), obrigando ainda, os sindicatos a se informatizarem a fim

de realizar a emissão de boletos. A medida se configura em mais uma investida perversa da atual gestão contra a autonomia e liberdade dos sindicatos e o direito dos trabalhadores de se organizarem.

A ofensiva neoliberal do governo ainda avança para o fim das aposentadorias, mediada pela proposta de Reforma da Previdência que reduz o valor da aposentadoria e não combate os privilégios, se configurando como um dos principais ataques contidos no Projeto de Emenda Constitucional.

Cabe, no entanto, reconhecer que a atuação das organizações sindicais no período militar representou um papel significativo da força de resistência dos trabalhadores, em especial ao final do regime militar, apontando já na década de 1980 como protagonistas no processo de mobilizações de massa.

Essa renovação surgida com o novo sindicalismo, que já vinha sendo construída nos anos da ditadura, alcançou uma de suas primeiras conquistas ao recuperar o direito à greve, reprimida pela ditadura por 14 anos (SINGER; BRANT, 1980, p. 208).

A primeira manifestação de massa dessa natureza aconteceu em 1978 e reuniu cerca de dois mil trabalhadores da indústria de São Bernardo do Campo, cidade do grande ABC paulista que ficou conhecida pelas greves históricas dos metalúrgicos e que tinha em Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) sua principal liderança política. Assim, em 1983 é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Uma das tendências do novo sindicalismo se dava ainda, na perspectiva de classe quando se reiterava a existência de uma relação antagônica, mantida sem nenhuma parceria, entre patrões e trabalhadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Outras características do novo sindicalismo ainda se pautavam nos trabalhos de organização de base e do patamar de consciência política dos trabalhadores com o propósito de atenuar os problemas decorrentes da exploração dos trabalhadores e para a própria emancipação desta classe.

A década seguinte, porém, mostrou que o ano de 1990 representou um período de recessão das lutas dos trabalhadores e uma redução no número de greves¹⁰, fatores que se encontram nas relações de trabalho do Brasil e que nessa década foi marcada “pelo crescimento do desemprego até atingir patamares muito elevados” (MATTOS, 2014, p. 87) e com o medo das demissões as mobilizações sindicais desaceleraram.

¹⁰ A greve geral de 1989 parou 35 milhões de trabalhadores. Em 1996 foram 1258 greves, em 1997 caiu para 630, nos anos 200 foram 400 greves no ano. A este respeito ver: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L (Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. Pág. 86.

Contudo, para além das transformações na estrutura sindical ao longo do período da ditadura e pós-ditadura, a década de 1980 no Brasil foi considerada o auge dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles movimentos que se opuseram ao regime militar. Foi um período de efervescência dos movimentos sociais com o surgimento de diferentes extratos populares da sociedade que se organizam a partir da identificação de novas formas de opressão, diferente das questões produzidas pelas relações de produção capitalista presentes na gênese dos movimentos “tradicionalistas”.

A indicação de “novas e profundas divisões ou antagonismos sociais nas sociedades modernas” (RIBEIRO, 2005, p. 64) intensifica o debate sobre demandas distintas e específicas quando personagens dos chamados “novos movimentos sociais” (NMS) tomam as ruas dos centros urbanos em um movimento de luta contra as precariedades nas condições de vida da população.

Os NMS podem ser compreendidos como uma complementação aos movimentos já consolidados na história da sociedade, conforme observam Montaño e Duriguetto (2010, p. 264) ao afirmarem que “os chamados novos movimentos sociais surgem ora como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas”.

É importante destacar, que a presença de um vasto material produzido acerca da teoria dos NMS não torna irrelevante afirmar que há um amplo debate quanto os elementos ao entorno de sua definição e que, portanto, a compreensão quanto à sua característica central na certeza de que os NMS lançaram sombra às classes sociais não é consenso entre os autores e sua teoria, tampouco, se esgota.

Entre os aspectos apontados por Montaño e Duriguetto (2010) para diferenciar os NMS dos movimentos tidos como “tradicionalistas” se assentam nas formas de organização, na disjunção da dimensão econômica e política e na ausência do debate referente às classes sociais, discussão não contemplada na pauta dos NMS.

Posto isto, a crítica que se apercebe entre alguns autores se dá no âmbito da perspectiva classista e na divergência ao considerar (ou não) as ações dos NMS limitadas ao campo das demandas específicas, mantendo-se no particular, desarticulada com a luta operária engendrada às contradições nas relações entre o capital e o trabalho que resulta a luta de classes.

Porquanto a definição dos NMS não seja unânime, a questão de classes, enquanto debate possivelmente ausente no interior dos novos segmentos populares, também não é

entendida de forma hegemônica, conforme defende Ribeiro (p. 62, 2005) “[...] o surgimento de outros sujeitos sociais não significava o desaparecimento das classes sociais e tampouco o fim do seu conflito como eixo fundamental das sociedades capitalistas avançadas ou as de capitalismo tardio”.

A essa menção há os que (re) significam a importância das demandas dos NMS, mas que ponderam sobre sua redução no plano maior da luta:

Sem desconsiderar a relativa importância das demandas dos “NMS”, o fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes. Essa “retirada” acabou por conduzir uma convivência com o sistema, ainda que limitadamente contraditória, mas compatível com a sua manutenção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 266).

Diante da fusão de demandas distintas assumida pelos novos sujeitos sociais que incorpora segmentos de classe diversos, além do “clássico” movimento da classe trabalhadora é essencial, portanto, apontar que há um extenso e profundo debate teórico sobre a concepção de “classes sociais”, expressão surgida a partir do estudo dos teóricos alemães Karl Marx e Friedrich Engels.¹¹

Assim, nota-se que os NMS foram então, responsáveis por levantaram questões e temas em um período e contextos diferentes da história, que até então não estavam em pauta no cenário político.

Com isso, a pretensão aqui não é alçar o fenômeno dos NMS a um nível de importância superior aos movimentos “clássicos” e já consolidados na trajetória dos movimentos sociais, mas sim, reconhecer sua devida importância sobre a centralidade nas questões emergentes das condições de vida da classe trabalhadora que se debruça na subjetividade coletiva e que, portanto, contribuiu para o exercício de novas formas de participação e práticas de cidadania.

Além das teorias que demarcam a definição do “novo” em oposição ao “velho”, e que apresentam o caráter conflitivo da ideia de fragmentação e ruptura com o movimento de trabalhadores, os NMS possibilitaram a ampliação dos espaços de discussão e de participação democrática valorizando a atuação e presença dos cidadãos da sociedade civil em espaços não institucionalizados.

¹¹ O conceito “Luta de Classes” ganhou corpo nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels na obra “Manifesto Comunista”, publicado pela primeira vez em 1848. Ver: MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

A exemplo dos novos setores populares organizados de caráter contemporâneo e suas novas formas de expressão destaca-se as causas LGBT, negros, mulheres, idosos, indígenas e movimentos ecológicos, também classificados como movimentos identitários.

As características dos movimentos, antes centradas na homogeneidade aludida aos movimentos sindicais, deram espaço para novas e heterogêneas formações. Constituídos pela unicidade dos elementos biológicos (BOGO, 2010), assegurando a individualidade, mas também pelos fatores cultural, social, econômico, étnico-racial e ainda geracional, os movimentos identitários esbarram na equivocada dicotomia entre demandas individuais e demandas coletivas perfazendo uma concepção de movimento determinado enquanto sua identidade, evidenciado por uma das particularidades de sua característica.

[...] a identidade humana não pode desconsiderar a identidade das coisas; ao contrário, é em relação a esse conjunto que nos elevamos além do que é particular, para chegarmos àquilo que “somos” coletivamente, numa combinação articulada entre o particular e o universal (BOGO, 2010, p. 40).

Nessa direção, os segmentos de base identitária, que tiveram maior ascensão a partir de 1990, trabalham dentro de uma perspectiva de superação das desigualdades na mesma intensidade em que procuram fortalecer o caráter da equidade, inerente à dimensão coletiva, sem desconectar a identidade pessoal do sujeito com a ação política promovida enquanto grupo.

Retomando os movimentos organizados surgidos na década de 1980, o Movimento dos Sem Terra (MST), movimento de caráter rural, se destaca como um dos mais expressivos no Brasil, considerando sua popularidade e formas de organização e mobilização (SANTOS, 2008).

O MST surgiu em Cascavel, no oeste do Paraná em 1984 no primeiro encontro do movimento que, impulsionados na luta pelo acesso a terra buscavam mobilizar a população no sentido de materializar a tão ansiada reforma agrária.

Dada sua dimensão o MST atua hoje em 24 estados brasileiros e desde sua trajetória garantiu a obtenção de terras para mais de 350 mil famílias (BARROS; TEIXEIRA, 2018). Cabe elucidar, porém, que as siglas do MST, frequentemente se confunde com as siglas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento fundado em 1997 que organiza trabalhadores urbanos a partir dos bairros periféricos, que também lutam pela reforma agrária, mas, principalmente pelo direito à moradia, sendo, portanto, um movimento territorial dos trabalhadores (MTST).

Em razão da luta do MST se dar em torno do direito ao uso da terra, em uma incansável luta pela Reforma Agrária, as lideranças do movimento acabam tornando-se alvos de perseguições e assassinatos por disputas pela terra. Com as violências e perseguições dessa natureza legitimadas pela criminalização das organizações e movimentos sociais, teme-se o aumento no número de mortes contra militantes e lideranças sociais exacerbada pelo atual cenário político.

Assim, como já mencionado, a trajetória dos movimentos sociais no Brasil é uma história de luta por reivindicação de direitos dos mais diversos segmentos da sociedade, sendo demarcada por características conjunturais de cada período da história.

Para Regina Bega dos Santos (2008) a trajetória dos movimentos no Brasil

Referem-se desde às reivindicações mais gerais até as mais específicas: movimentos por direitos civis e universais, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc. São reivindicações distintas daquelas resultantes das relações de produção capitalista (SANTOS, 2008, p. 12).

Do universo que aglutina os NMS destacam-se os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) que, designados como populares (SANTOS, 2008) se assentavam em uma atuação reivindicatória que demandava por educação, emprego, habitação, transporte coletivo e ao consumo de equipamentos coletivos.

Os movimentos surgidos com o propósito de melhoria das condições de vida emergiram com fundamental apoio de militantes católicos e mantinha sua organização nos grupos de jovens, clube de mães, de mulheres, de educação popular, nas pastorais das igrejas, nas CEB's e da associação de moradores/associação de bairro. Estas últimas se expandiram como entidade capaz de fortalecer e legitimar as lutas populares e suas reivindicações.

As necessidades postas pelos movimentos de bairro são próprias da dinâmica urbana:

Os movimentos de bairro têm por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão “para fora”, no sentido de reivindicar junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências da vida urbana, tal como se constitui atualmente (SINGER, 1983, p. 83).

Pedro Roberto Jacobi (1993, p. 12) se refere à problemática urbana enquanto “manifestação da crise da cidade capitalista, decorrente da ação contraditória do Estado, que gera um processo de politização do cotidiano”, que se alargou com o advento das atividades industriais que levou as grandes cidades a uma expansão urbana desordenada.

Assim, o mesmo capitalismo que estimulou a guinada do desenvolvimento econômico do país foi o que, paralelamente, contribuiu para o alargamento da miséria e da desigualdade social ampliando, conseqüentemente, as necessidades da população empobrecida dos centros urbanos.

Embora as reivindicações dos MSU não sejam exclusivas da população mais empobrecida é delas que partem as maiores demandas dessa natureza, dado seu histórico no processo de exploração do trabalho que se traduzia em escassez e em péssimas condições de vida.

Neste contexto Singer e Brant (1983) creditam o surgimento dos movimentos urbanos como resultantes

Da aglutinação dos moradores mais pobres da cidade para fins de ajuda mútua e passam, em certas circunstâncias, a mobilizar a população para reivindicar maior participação no usufruto do que se pode denominar de “bens coletivos” da comunidade urbana (SINGER, BRANT, 1983, p. 85).

Neste ponto, poder-se-ia retomar a discussão da categoria “classes sociais” enquanto elemento central na histórica trajetória dos movimentos sociais, mas que não se estenderá no debate, porquanto não seja um objeto de análise deste trabalho.

Assim, ao retomar a discussão sobre os MSU tomemos Santos (2008) que os define como

Movimentos sociais reivindicatórios de caráter popular que atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, os movimentos por moradia, pela implantação ou pela melhoria dos serviços públicos, como transporte públicos de qualidade são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania (SANTOS, 2008, p. 11).

Os MSU surgiram paralelos à acelerada expansão das cidades decorrente do crescimento industrial e juntos contribuíram para a produção das precariedades nas condições de vida da população e da falta de acesso a bens e serviços públicos. Com a incapacidade de intervenção do Estado em suprir as necessidades dos setores empobrecidos da sociedade, esses passam então, a se movimentar em torno de uma organização coletiva capaz de externar e reivindicar suas carências.

Nesse sentido, os MSU podem ser definidos ainda como “articulações da sociedade civil voltadas para temáticas vinculadas não ao universo do trabalho, mas às demais e diversas dimensões da vida da população urbana” (PERRUSO, 2012, p. 33).

Assim, pode-se afirmar que os MSU atuam, eminentemente, contra todas as formas de precariedade das condições de vida que recaem sobre as “classes” mais pobres da população e que expressados em seus cotidianos influem à mobilização de sujeitos que reconhecidos no pertencimento da falta irão se organizar para a superação da necessidade.

As reflexões críticas não pairam apenas sobre as demandas imediatas imbuídas aos MSU, mas também na visão limitadora sobre as possibilidades de transformação social capazes a esses movimentos. Essa concepção restritiva aos MSU se supera quando da sua dimensão organizativa e das novas formas de articulação e de expressão constituído por esses “novos” sujeitos populares.

Partindo do espaço privado, o da casa, reconhecido até então como um espaço burguês e somente de reprodução da força de trabalho (SINGER; BRANT, 1983) que os novos atores sociais passaram a vivificar a ação social para além dos determinantes balizados na luta de classes, próprio do caráter dos movimentos sindicais.

A composição desse novo sujeito enquanto agente do processo de reformulação da política no campo popular intensifica o associativismo comunitário, e é onde a figura do sujeito popular, reconhecido como liderança irá atuar entre outros espaços, nas associações de moradores, por vezes identificada como movimento comunitário.

Importante ressaltar aqui, que foi a partir do movimento comunitário, nas associações de moradores, que as lideranças entrevistadas para esta pesquisa, iniciaram suas trajetórias de militância e que será atribuído, portanto, maior ênfase a esse movimento.

Por associação de moradores Beatriz Lima Herkenhoff (1995) a define como

Uma organização formal, registrada em cartório, regida por um estatuto que define suas normas e regras de funcionamento, cuja direção é composta por uma diretoria executiva escolhida através de eleições diretas e a principal atribuição dessas organizações é mobilizar a população em torno de suas necessidades e carências básicas (água, luz, esgoto, saúde, transporte, educação, lazer, etc., e encaminhar suas reivindicações aos órgãos competentes (HERKENHOFF, 1995, p. 51)

Do arranjo que vai delineando as ações coletivas das associações de bairro, destaca-se a voz daquele sujeito com suposta inclinação a inspirar os demais, desempenhando o papel de liderança comunitária, ou, presidente da associação de moradores.

O desenvolvimento da associação, assim como a decorrência de seu êxito, depende não apenas da dinâmica interna e engajamento dos participantes, mas também da influência que a liderança exerce e que impactam nas ações coletivas e em seus resultados.

Assim, existem diversos elementos que convergem para a escolha de um líder comunitário e, não unicamente, está limitada a boa vontade do sujeito ou a afinidade com uma causa em particular.

Alguns se habilitam a função a partir da compreensão que têm do mundo e da realidade que os circunda ansiando pela possibilidade de promover melhorias no bairro e aos seus moradores, outros se tornam líderes dada sua maior formação escolar, mas também é comum a escolha da liderança com base em uma experiência de luta ou de formação política que o tornará hábil a liderar uma associação de bairro, ou seja, comumente, o perfil da liderança está vinculado à sua trajetória de vida.

Partindo desta afirmativa é fundamental apresentar na sequência desta seção, o perfil dos entrevistados que compuseram este estudo, observando o grau de escolaridade, o local de origem, e o contexto geográfico e/ou de moradia no qual atuam e que o move à militância, assim como a caracterização das entidades e/ou organizações que participaram das formações sociopolíticas desenvolvidas pelo Nesson a partir das edições de 2009.

Diante do exposto, não é equivocado afirmar que o movimento urbano passou a contribuir não somente para a efetivação de direitos no plano do consumo, mas também por contribuir para a ampliação da participação da sociedade civil nos espaços de decisão legitimados pela CF de 1988.

Assim, a partir desta promulgação o espaço de se pensar e fazer política são estendidos à participação popular com a criação dos conselhos de direito, prerrogativas impulsionadas pela pressão dos movimentos sociais.

2.3 Experiências e trajetórias de lideranças populares de Florianópolis

A partir da trajetória do próprio do sujeito e da experiência¹² refletida em suas práticas sociais, ele adensa sobre o decurso de transformação da sociedade em um processo de constante movimento da realidade (VENDRAMINI, 2006). Essa experiência, singular, não se constrói por meio de crença, não é exterior ao indivíduo e nem é dada aos saberes e análises intelectuais.

A experiência parte do conhecimento concreto e da realidade do próprio indivíduo, ela é vivida e experimentada e os saberes adquiridos da própria vivência. À priori, a categoria “experiência” parece relegada a um patamar inferior, já que seu teor não é próprio da

¹² A este respeito ver: THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

educação formal, mas sim do acúmulo da rotina do cotidiano postas no tempo e espaço e individualizado, podendo-se dizer que a construção do saber fabrica-se na experiência, sendo a categoria, portanto, contributiva para uma prática emancipatória.

Pensando a experiência como um elemento de estímulo à participação e que dela decorre ações conscientes dos sujeitos, o relato das lideranças entrevistadas propõe validar alguns determinantes para a militância recorrendo aos antecedentes de participação e engajamento político e social. Para fins de melhor compreensão, denomina-se os sujeitos entrevistados como Liderança 1 (movimento comunitário); Liderança 2 (movimento comunitário); Liderança 3 (conselho local de saúde) e Liderança 4 (movimento comunitário).

Antes de eu participar de movimentos sociais aqui na comunidade, eu já participava de movimento que era forma de igreja, então eu já saía muito a ter contato com as pessoas, já tinha certa habilidade de mexer com pessoas. Quando eu cheguei aqui eu vi a comunidade da maneira que tava, sem uma liderança sem nada, mantive contato com pessoas e eles disseram “vamos montar uma associação na comunidade” (Liderança 1)

A igreja católica exerceu um papel importante no curso dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 (e até mesmo antes), se constituindo como um espaço fundamental para a articulação dos movimentos sociais do período. As ações da igreja junto aos movimentos de luta se vinculavam por meio das CEB's, engajada na luta social e preocupada com as dificuldades de vida da população.

Além das CEB's, outras frentes foram sendo formadas a fim de resistir à opressão e violência impostas pela ditadura, e por meio da Comissão de Justiça e Paz foi definida as seguintes ênfases pastorais:

Pastoral do Mundo do Trabalho (voltada para a classe operária e outros trabalhadores); Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados (preocupados com as violações de direitos humanos fundamentais, quer os de natureza constitucional, quer os relativos às relações do trabalho e à própria sobrevivência de camadas sociais oprimidas) e a Pastoral da Periferia (voltada para as populações mais pobres, tangidas para as áreas periféricas da cidade). (SINGER; BRANT, 1983, p. 61).

Embora o movimento operário fosse um dos mais latentes no regime militar, “as lutas ocorridas no mundo do trabalho não estavam isoladas das que aconteciam no âmbito dos bairros” (SANTOS, 2008, p. 94), pelo contrário, congregaram esforço e apoio recíprocos, já que a luta operária se articulava no interior dos bairros e periferias. Não à toa, as lideranças comunitárias também foram alvos de perseguição dos militares.

Destarte, o movimento comunitário, também constituído como espaços de reflexão, de busca coletiva, de resistência frente a projetos de exclusão e de luta pela manutenção da cidadania e da dignidade humana, se estabelecem como uma das expressões da sociedade civil organizada se destacando como um elemento comum na trajetória de militância das lideranças entrevistadas, demonstrando que as pautas relacionadas à temática da questão urbana e as problemáticas relacionadas à moradia e as condições de vida da população encontraram respaldo no anseio de transformar e de agir em favor dos interesses coletivos.

Eu sou de Rio Grande (Rio Grande do Sul) e em 2000 eu vim para Florianópolis por questões financeiras. E lá em Rio Grande eu já tinha atuação na associação de bairro. Lá é muito forte essa questão, então eu tinha minha atuação lá. Com a vinda para Florianópolis, eu me identifiquei com isso aqui. Conheci o dirigente da UFECO, através de uma senhora que também era do Rio Grande, e estava envolvida com essas questões de associação de moradores no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, e como ela andava adoentada, um dia, de noite ela chegou na minha casa conversando com a minha esposa, me chamou e disse “tô cansada, ando meio doente, o senhor vai ter que pegar essa bomba” eu disse “não vou te dizer nada porque era o que fazia lá, vamos lá ver o quê que é, se eu me agrada eu fico”, e foi assim que eu comecei meu trabalho na associação de moradores no Maciço (Liderança 2).

Eu comecei tudo quando me convidaram pra ser da associação de bairro, eu nunca pensei em ser de associação de bairro. Naquela época eu já estava na APP (Associação de Pais e Professores) da escola do meu filho, e me convidaram pra ser da associação de bairro, mas eu não queria, disseram “vamos concorrer com uma chapa”, e não tinha muito tempo pra resposta, tinha que ser meio assim, aí eu peguei e fui, morrendo de medo, aquilo pra mim me assustou muito, porque eu sei como é associação. Naquela época eu nem sabia que associação de bairro era, depois eu descobri que fica 2 trabalhando e a maioria some, como em tudo, e naquela época não foi diferente, no final ficou 2, 3 trabalhando (Liderança 3).

Cabe informar, que as lideranças 2 e 3 iniciaram suas trajetórias atuando em associação do bairro, hoje, porém, atuam nos espaços dos conselhos locais de saúde.

Eu comecei a participar da associação de moradores a partir de 2004, no meu bairro. Morava ali, era dona de casa, cuidava dos meus filhos. De repente começou a aparecer uma demanda ali de um terreno e tal, aí uma pessoa conhecida disse “Olha, tem um conselho comunitário, vamos pra lá?”, aí me apresentou a política e fomos à luta. No Conselho Comunitário do bairro entrei como conselheira. Continuei militando pelo bairro até enquanto teve eleição, depois eu estava me separando na época, me divorciei e me mudei, então já faz 12 anos que eu estou fora do bairro. A minha militância mais forte foi ali, porque ali a gente fez uma luta de alterar zoneamento mesmo da questão dos prédios que estavam saindo ali sem infraestrutura, foi uma luta muito forte que o pessoal fez ali, a estação de tratamento no mangue (Liderança 4).

O movimento comunitário se constitui então, enquanto possibilidades de transformação social por meio da participação social e que exerce também, conjuntamente, mudanças no próprio sujeito da ação, a partir do momento em que vão ressignificando suas ações e posturas possibilitadas pela tomada de consciência, ao se organizarem a partir de sua realidade social.

Em Florianópolis, lócus da militância das lideranças entrevistadas, a diversidade de segmentos populares se particularizou no decorrer das edições do CFP, demonstrando que a realidade social e a conjuntura implicam no movimento e nas ações dos sujeitos.

2.4 A particularidade dos movimentos sociais a partir da inserção no CFP

Desde a primeira edição do CFP em 2009, até a última em 2018, já passaram pelo curso de formação, representantes de mais de 200 entidades da sociedade civil organizada de Florianópolis e região (Apêndice B).

A pluralidade de segmentos populares coincide com a discussão dos NMS e, sabendo-se que os movimentos sociais se constituem em uma conformação heterogênea, essa diversidade nas formações do CFP também se evidenciou no decorrer das edições do curso.

A tabela a seguir apresenta as entidades participantes das formações do CFP desde a primeira edição em 2009, demonstrando a variação na composição do perfil destas organizações ao longo das edições do curso.

O critério utilizado para determinar as nomenclaturas das representações a seguir foi à denominação que constava nas fichas de inscrição dos participantes e a forma como identificam as entidades.

Na Tabela 1, considerou-se “movimento comunitário” as associações de moradores e conselhos comunitários, ao qual foi possível verificar um decréscimo na participação de representações do segmento comunitário nas últimas edições do curso em relação as primeiras, sendo pertinente elucidar que o CFP teve dois formatos de execução durante os períodos de realização, sendo as duas últimas edições, realizadas em 2017 e 2018, executadas após o projeto passar por um redimensionamento, o que será melhor detalhado na seção seguinte.

Tabela 1 - Participantes do CFP segundo sua vinculação ou representatividade¹³

Edições Representações	1 ^a 2009		2 ^a 2010		3 ^a 2011		4 ^a 2012		5 ^a 2017		6 ^a 2018		TOTAL
Movimento comunitário	21	48%	19	50%	15	34%	11	27%	05	17%	01	5%	72
Conselhos	03	7%	05	14%	04	9%	02	5%	08	29%	05	25%	27
Coletivos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	02	10%	02
Fóruns	02	5%	01	3%	02	5%	02	5%	02	7%	07	35%	16
Estudantes	04	9%	03	8%	04	9%	02	5%	0	0%	0	0%	13
Sindicatos	0	0%	0	0%	05	11%	01	3%	03	11%	0	0%	09
Outros¹⁴	14	31%	10	25%	14	32%	22	55%	10	36%	05	25%	75
TOTAL	44	100%	38	100%	44	100%	40	100%	28	100%	20	100%	214

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios dos CFP's.

Observa-se que, ao longo das edições novas configurações de segmentos populares foram ganhando notabilidade e expressividade no CFP, como por exemplo, os fóruns e demais segmentos populares atribuídos na Tabela 1 a categoria “Outros”.

As nomenclaturas atribuídas a essas novas formações podem revelar, possivelmente, uma falta de compreensão sobre o próprio conceito de movimentos sociais, mas também o de sua fragmentação.

Portanto, apenas a verificação dos dados acima, não é suficiente para atribuir a baixa na participação de representações comunitárias ao redimensionamento do curso, mas que, possivelmente, encontre respostas na própria dinâmica de vida associativa do sujeito, e também da conjuntura local imposta por determinantes que fogem às escolhas dos sujeitos, pois, em contrapartida, o número de representantes nos conselhos de direito foi mais expressivo nas últimas edições do curso.

Em Santa Catarina os canais de participação da sociedade não datam apenas na história recente do estado, mas acompanha uma trajetória que se desenha desde o século XVIII e que compreende suas características geográficas, sua formação de imigração e colonização e ocupação territorial.

¹³ Foram computados participantes vinculados em mais de uma entidade e/ou organização.

¹⁴ Todas as organizações representadas ao longo da edição constam no apêndice B ao final deste trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento comunitário em Santa Catarina se verteu, inicialmente, em experiências locais em Florianópolis, quando a cidade ainda era chamada “Desterro”, e que dada sua colonização açoriana tendia a uma realidade associativa “[...] a vida cotidiana do açoriano era comunitária. A produção de sua vida material se fazia através da prática de mutirão, gerando vínculos de sociabilidade entre as famílias açorianas” (Castro, 1997, p. 17). Tanto pelas necessidades, quanto pelo modo de vida produtiva, as pessoas se aproximavam e relacionavam-se de forma coletiva e solidária.

Em meados da década de 1970 foram criados os conselhos comunitários, definidos como:

(...) associação dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, integrados por membros da mesma comunidade, criada sob a orientação e supervisão do Estado, que tenha as finalidades, a estrutura e preencha os demais requisitos previstos nos capítulos seguintes (MACHADO, 1990, p.56).

Mas foi na década de 1980 que houve a expansão das organizações de bairro em Florianópolis que eram articuladas a Igreja Católica por meio das CEB's.

Assim, no contexto urbano de Florianópolis, entende-se que uma das formas de sustentabilidade de participação na vida política e o pleno exercício da cidadania podem encontrar respaldo nas associações de bairro e conselhos comunitários.

Com o intuito de articular, enquanto entidade autônoma, com os movimentos comunitários é fundada na década de 1987 a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) com o objetivo de “intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo” (LÜCHMANN, 1996, p. 59).

A UFECO, uma das mais importantes formas de expressão do associativismo civil em Florianópolis, firma-se então, como parceira do NESSOP nas demandas por formação política e organização popular desde 2001 (MACHADO, 2004).

Além da parceria na execução de formação política nos espaços comunitários de Florianópolis, a UFECO participou também, enquanto entidade representativa, das formações do CFP em cinco das seis edições realizadas, tendo, em algumas edições, contribuído no debate como ministrante, e em outras, representada por sujeitos de base popular indicados pela entidade.

A UFECO segue então em uma perspectiva de fortalecimento no que tange sua representatividade junto aos movimentos de base buscando, dentro dos limites, fortalecer a articulação e a “participação coletiva nas coisas públicas” (LÜCHMANN, 1996, p. 70).

Ainda de acordo com a Tabela 1, os conselhos de direitos tiveram representação expressiva ao longo das edições do CFP, em particular nas duas últimas, conforme mostra o item a seguir, ao tratar dos espaços de participação.

2.5 Participação e as novas formas de organização e mobilização: os conselhos de direito

Com a inserção de novos grupos populares na cena política, o tema da participação passou a ter um significado de maior relevância e valor democrático, em virtude da promulgação da CF de 1988, considerado um marco na história do Brasil.

A sociedade civil organizada, por meio de diferentes segmentos populares, galga espaços que lhes permitem participar das decisões políticas, como nos conselhos de direito, por exemplo, onde a participação de todos os cidadãos e cidadãs deve ser efetiva, significando a articulação de novos grupos, com proposições e novas emergências ainda não pensadas no campo político (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

No campo da saúde, conquistas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e as Leis Orgânicas de Saúde (LOAS) instituíram mais tarde, as Conferências e os Conselhos de Saúde. Esses avanços foram possíveis por meio da pressão do movimento pela Reforma Sanitária, que emergiu também no embate da ditadura na década de 1970.

À época, o acesso à saúde só era possível aos trabalhadores formais, privando aqueles que, fora do mercado formal de trabalho não contavam com nenhum benefício previdenciário, logo, sem poderem usufruir dos serviços de saúde prestados aos contribuintes. Nessa lógica, o Sistema Nacional de Saúde “caracterizou-se pelo predomínio financeiro de instituições previdenciárias e pela hegemonia de uma burocracia técnica que atuava no sentido da mercantilização crescente da saúde” (SCOREL, *et al*, 2005, p. 60).

A universalidade, integralidade e equidade como objetivos do movimento foram materializadas a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 que teve a presença de “sanitaristas, médicos, profissionais da área, pesquisadores e funcionários do Ministério da Saúde e a sociedade civil brasileira organizada” (AROUCA, 1987, p. 35). A 8ª conferência foi um marco na esfera da saúde e dela originou-se a universalidade do direito à saúde instituída em um capítulo da CF 1988 e, posteriormente, na criação do SUS.

Frente aos novos espaços de participação, a sociedade civil se coloca como meio de ampliação e exercício da cidadania enquanto solo fértil para as lutas e as transformações sociais possíveis dentro de uma organização democrática.

A respeito da categoria “sociedade civil” é importante ressaltar que seu conceito não é hegemônico e sua distinção se dá por diversos autores.

Partindo da definição política gramsciana, a sociedade civil é o espaço onde se dá a luta pelo domínio da classe, e é a partir dessa “arena privilegiada” (SEMERARO, 1999, p.11), como o espaço de organização da sociedade que os movimentos sociais irão se expressar e defender seus interesses.

Para Montañó e Duriguetto (2010), Hegel foi o primeiro a conceituar o termo definindo a sociedade civil como

[...] um sistema de necessidades em que se desenvolvem as relações e atividades econômicas – um sistema de mútuas dependências individuais através do trabalho, da divisão do trabalho e da troca –, e as regulamentações jurídico-administrativas – em que os indivíduos asseguram a defesa de suas liberdades, da propriedade privada e de seus interesses à administração da justiça, da polícia e das corporações (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 31).

Considerando o entendimento a partir dos conceitos expressados, é possível compreender a sociedade civil como um universo ocupado por diversos atores, interesses variados e disputas, sendo o campo das contradições ao mesmo tempo em que é a esfera onde se materializa os “interesses universais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Com a conquista de importantes direitos sociais, a CF (1988) legitima e torna os espaços diversos de participação da sociedade em um elemento fundamental para a efetivação do caráter democrático.

Nessa perspectiva, a participação popular aparece como forte expressão de conquista garantida pela CF de 1988, conhecida também como “Constituição Cidadã¹⁵”, justamente por garantir maior participação política da sociedade nas decisões da gestão pública, conforme disposto na seção da assistência social em seu artigo 204, inciso II “*participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis*” e ratificado por Tânia Kruger (2008).

A participação da comunidade, expressão utilizada na Constituição, significa a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades e movimentos, participará do processo de formulação das políticas sociais e do controle de sua execução nos três níveis de governo (KRUGER, 2008, p. 81)

¹⁵ A Constituição “Cidadã” vem sofrendo ataques e retrocessos constantes. Desde sua promulgação a CF já passou por mais de 100 alterações, incluindo as mais recentes que tratam da mini reforma política (EC 97/17) e a regulamentação da vazejada como prática desportiva (EC 96/17), além do encaminhamento da proposta de Reforma da Previdência que ataca direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos idosos. Disponível em: <http://frenteparlamentardaprevidencia.org/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-ContraReforma-da-Previdencia-1.pdf>.

A partir daí as reivindicações “por direitos de cidadania e de participação nos canais institucionais [...] passaram a ser comumente evidenciadas como o eixo da luta das organizações e movimentos sociais pela conquista e ampliação da democracia” (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 310).

E nesse processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil se estabelece a criação dos conselhos de direito como mecanismo de controle institucional, significando mais um avanço no que diz respeito ao exercício da cidadania.

Sobre os conselhos de direitos, Bravo e Menezes (2012) os definem como

Órgãos paritários de representação governamental e não governamental, em geral, deliberativos, cuja função é a de influir no processo de formulação e controle da execução das políticas públicas setoriais, redefinindo prioridades, recursos orçamentários etc. (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 310).

Os conselhos de direitos, enquanto mecanismos de promoção da participação popular e de controle social se tornaram, desde então, um espaço de representação direta da sociedade civil nas decisões sobre a criação e execução de políticas públicas, e que exerce também o papel de fiscalizador dos recursos e orçamentos da gestão pública por meio do controle social.

Esse adensamento da participação da sociedade na esfera pública por meio da criação dos conselhos de políticas públicas “propiciam a participação da sociedade na elaboração de políticas sociais, a ampliação do espaço decisório da sociedade e o compromisso com a construção de um espaço público, oposto ao modelo neoliberal de exclusão” (KRÜGER; OLIVEIRA, 2018, p. 60), possibilitando que os sujeitos acompanhem de maneira mais próxima as ações do governo que afetam suas formas de vida e de atuação e militância.

Por serem os conselhos formados a partir das representações da sociedade civil que agrega setores de caráter público e privado, de forma paritária, não se constituem em um campo neutro nem tampouco homogêneo, esses locais acabam se configurando em espaços contraditórios, pois representam disputas diferentes daquelas demandadas pelo setor popular, configurando dessa forma, a participação não apenas como um mecanismo de possibilidades na efetivação de políticas e demandas populares, mas também de limitações, conflitos e desafios.

Embora os conselhos não sejam um fenômeno recente, é no atual contexto neoliberal que os desafios nesse setor se acentuam e colocam em risco o espaço de participação e democratização da gestão pública.

Assim, transitar nesses espaços acaba exigindo dos participantes certo grau de qualificação e compreensão política para que sua intervenção, ainda que as demandas não sejam acolhidas, seja expressiva e propositiva no interior da gestão pública.

Outro aspecto relevante recai sobre a legitimidade da representação da sociedade civil nesses espaços de participação, já que a falta de representatividade (afinada com as causas) pode deslegitimar os conselhos, sendo, portanto, necessário o fortalecimento e a qualificação dessa representatividade junto às bases de apoio, uma vez que o representante tem o papel de representar os interesses do coletivo. Nesse sentido, a própria formação política se apresenta como um instrumento potencializador para uma atuação mais qualificada e efetiva.

Outro ponto importante a ser destacado é o contexto em que os cursos foram realizados na relação com a participação de representantes em conselhos de direito, pois, nota-se que a participação dos conselhos foi menor em um período de ascensão dos direitos sociais (2009-2012), enquanto nas duas últimas edições (2017-2018) a expressiva participação dos conselhos coincidiu com um período de ataques e regressão dos direitos.

Ao longo das edições do CFP foram representados no curso os conselhos a saber: Conselho Local de Saúde; Conselho Municipal da Saúde; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal da Mulher; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal de Direitos LGBT; Conselho Municipal de Entorpecentes; Conselho de Segurança e Conselho Municipal Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar da representação dos conselhos, em maior ou menor quantidade nas formações, a realidade atual de Florianópolis se apresenta em um cenário de desmonte dos conselhos municipais – que é também uma realidade nacional – e do controle social do Governo em favor dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais¹⁶, resultando no enfraquecimento do controle social desempenhado pelos conselhos municipais na contribuição popular e na conseqüente ausência de participação da sociedade civil nesses espaços.

Os segmentos sociais e a população de Florianópolis acompanharam também a Câmara dos Vereadores aprovarem ano passado o Projeto de Lei 17.484/2018 das Organizações Sociais (OS) que institui o "Programa Creche e Saúde Já" em Florianópolis para

¹⁶ Decreto Nº 17.362, de 15 de Março de 2017 que trata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1736/17362/decreto-n-17362-2017-regulamenta-o-artigo-23-da-lei-complementar-n-596-de-27-de-janeiro-de-2017-que-trata-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes>.

que as áreas da Saúde e Educação passem a ser executadas pela gestão privada de uma OS em mais uma medida antipopular da gestão do prefeito Gean Loureiro (2017 – 2020).

O projeto foi proposto sem nenhum diálogo com a sociedade em uma clara demonstração de desrespeito à população usuária dos serviços e a prioridade em atender interesses privados.

Assim, embora os conselhos de direitos apresentem experiências positivas se colocando como um espaço potencializador da democracia, presente em todos os níveis da federação brasileira, são órgãos também de limitações, sendo necessária a busca por melhorias constantes em sua forma de atuação e de mobilização, levando em consideração que são espaços que também se transformam, assim como se transformam também os sujeitos de acordo com a conjuntura. Nesse sentido, entender o movimento dos segmentos sociais na relação com a conjuntura possibilita compreender o grau de engajamento na militância e onde se manifestam suas dificuldades.

As análises apontaram ainda, que a presença dos fóruns se manteve na média de duas pessoas vinculadas ao segmento nas primeiras quatro edições do curso, e nas duas últimas, houve maior adesão de pessoas ligadas a esse tipo de organização, conforme segue Quadro 2.

Quadro 2 – Fóruns representados no CFP.

2009	2010	2011	2012	2017	2018
	Fórum da Cidade	Fórum da Bacia do Itacorubi	Fórum Regional da Grande Florianópolis	Fórum Estadual de Usuários do SUAS	Fórum Catarinense de Mulheres
		Fórum Social Permanente Brejaru e Frei Damião	Fórum Social do Saco Grande	Fórum Estadual Permanente de Assistência Social	Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis
					Fórum de Trabalhadores do SUAS
					Fórum Municipal dos Usuários do SUAS
					Fórum SC contra o golpe

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios do CFP.

Nota-se que, embora a nomenclatura seja a mesma, a composição dos fóruns é de diferentes naturezas, sendo importante ressaltar que não há uma caracterização que define, teoricamente, o que sejam os fóruns.

Dessa forma, organizações como esta tem como referência o Fórum Social Mundial (FSM) de caráter mundial, criado em 2001 por iniciativa de movimentos sociais e da comunidade civil que tem como um de seus princípios ser

[...] um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra (FSM, 2017).

O FSM já realizou diversas edições, sendo os anos de 2001, 2002, 2003, 2005 e 2009 realizadas no Brasil.

Em Florianópolis a articulação e promoção de espaços voltados para o diálogo sobre as políticas e sua dimensão e sobre o cenário atual no contexto local é legitimado pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), que tem como objetivo central em sua carta de princípios

Promover a articulação, mobilização, organização e fortalecimento dos movimentos sociais, usuários e organizações de usuários e Entidades da sociedade civil para defesa e garantia dos direitos de todos os usuários das diversas áreas de Proteção Social (FMPP, 2013).

Articulando debates e discussões mais aprofundadas acerca de temáticas diversas, como saúde, educação, meio ambiente, habitação entre outras, os fóruns hoje representam um espaço não apenas de discussões de temas convergentes, mas também de construção, resistência e de potencialização desses espaços.

Na relação com o CFP, os fóruns foram ao longo da realização dos cursos, tendo maior representatividade em número de pessoas vinculadas ao segmento, e maior expressividade em detrimento dos movimentos comunitários, que tiveram maior atuação nas quatro primeiras edições do curso, o que não quer dizer que estes foram substituídos pelos fóruns, mas que, possivelmente, um público específico se reconheça no interior de debates mais aprofundados se comprometendo com uma atuação mais reflexiva sobre uma determinada demanda.

A partir das reflexões tecidas até aqui, observou-se que há uma diversidade nos tipos de organizações na atualidade demandados pela própria realidade, e que no âmbito do CFP

ganharam maior destaque nas duas últimas edições.

É possível creditar essas novas conformações ao próprio movimento da realidade e suas transformações. A internet, por exemplo, revolucionou as formas de articulação dos movimentos sociais facilitando a comunicação entre as pessoas e deliberando outros espaços de discussão e novas formas de agrupamento, mas ainda sem um conceito definido.

Diante desses novos e diversos segmentos impõe-se ao Nesson, a necessidade de estudos no sentido de compreender quem são essas novas composições e de que forma se reconhecem e se articulam na relação com suas demandas, como por exemplo, os fóruns ao qual não se encontram ainda, referências mais aprofundadas.

3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: A FORMAÇÃO POLÍTICA EM DEBATE

Nesta seção, pretende-se discorrer sobre a formação política no contexto da militância dos sujeitos populares em Florianópolis na relação com os processos de construção da cidadania e do senso crítico para leitura da realidade com vistas à sua transformação.

Dentro deste debate será apresentado o CFP, desenvolvido pelo Nessop, seu objetivo, a metodologia e o perfil dos participantes.

Busca-se ainda refletir sobre o significado do CFP para os participantes subsidiado pelas avaliações realizadas ao final de cada edição do curso, além das considerações avaliativas apontadas pelos entrevistados deste trabalho.

Por fim, discute-se os preceitos da formação política, a importância da formação de quadros e da perspectiva metodológica de educação popular adotada pelo CFP.

3.1 Caracterização do Projeto CFP

Dada a natureza da extensão universitária na articulação e interação com a comunidade externa, o CFP é proposto como um importante instrumento de mobilização e fortalecimento da participação de sujeitos populares no Município de Florianópolis com o objetivo principal de “desenvolver atividades de formação sócio-política, com vistas a fortalecer a sociedade civil, qualificar a participação democrática nos espaços públicos de decisão” (NESSOP, 2008), ao passo que seus objetivos específicos buscam:

- Promover educação popular na dimensão cognitiva, social, cultural, política;
- Ampliar e qualificar a participação popular nos espaços coletivos de debates e deliberação à formulação, controle e implementação das Políticas Públicas;
- Fomentar a inserção qualificada em Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, nas três instâncias governamentais (federal estadual e municipal);
- Possibilitar qualificação para ingresso em movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil;
- Qualificar para as formas organizativas e ações interventivas dos movimentos sociais e comunitários, nas questões relacionadas à qualidade de vida local, regional e da cidade;
- Habilitar para compreensão e ação nos temas relacionados à Política Urbana e desenvolvimento sustentável;
- Oportunizar exercício da democracia deliberativa nos processos de mobilização, participação e, organizativos, da população;
- Contribuir para a conquista de direitos sociais e políticos (NESSOP, 2008).

Além do objetivo central e dos específicos, há também os objetivos pedagógicos a serem contemplados na formação, no qual se pretende:

- Oportunizar a ampliação de saberes e conceitos, reflexão e análise crítica sobre: Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas; democracia e deliberação; associativismo e movimentos sociais;
- Habilitar para a compreensão e o exercício do processo participativo: mobilização, estruturas e formas organizativas populares; metodologias de planejamento e orçamento participativos; formulação de projetos; controle democrático; planejamento, coordenação e desenvolvimento de reuniões, assembléias, plenárias públicas; criação de espaços públicos de debates;
- Possibilitar o desenvolvimento das habilidades relacionais, sociais, cognitivas e políticas dos participantes;
- Permitir a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes e destes com os ministrantes (NESSOP, 2008).

Assim, a concepção do CFP se dá sobre a necessidade de qualificar a ação dos sujeitos populares no campo da participação e do controle social de forma que sua intervenção possa contribuir para os processos emancipatórios.

Nesse sentido, o Núcleo busca desenvolver ações propositivas com o intuito de potencializar as lutas dos segmentos populares entendendo a necessidade do constante engajamento dos sujeitos para uma participação política qualificada.

O público alvo previsto originalmente no projeto contemplava, principalmente, as

[...] lideranças do movimento e associativismo sociocomunitário de Florianópolis e Região [...] aos Conselheiros representantes da sociedade civil atuantes nos Conselhos Municipais de Direitos e Políticas Públicas [...] aos Professores de Ensino Médio da rede pública de ensino, das escolas do município de Florianópolis e Região [...] a população em geral, a partir de seu interesse (NESSOP, 2008, p. 23).

Neste ponto, é importante enfatizar que o CFP vem promovendo formação política aos sujeitos de base popular desde 2009 até 2018, período de análise desta pesquisa, totalizando seis edições do curso, contudo, a formação é parte das ações do Nessop desde sua fundação. Cabe ressaltar ainda, que o CFP sofreu modificações em seu formato, em especial, nas duas últimas edições ocorridas em 2017 e 2018, conforme apresentação do perfil e dos conteúdos a serem apresentados nesta seção.

A execução do projeto prevê uma metodologia participativa, que contempla a troca de saberes, experiências e desafios encontrados nas correlações de força trazidas pelos sujeitos conectando-os aos temas mediados pelo professor ou professora ministrante, seguindo uma

proposta pedagógica ancorada na perspectiva da educação popular¹⁷, comprometida com o diálogo e a socialização de experiências dos sujeitos.

De acordo com a proposta original do projeto, o CFP seria ministrado em aulas, a partir de quatro módulos – a serem apresentados no próximo subitem - comportando uma turma de quarenta participantes.

Os sujeitos selecionados a partir de critérios estipulados, poderiam optar, de acordo com sua flexibilidade e disponibilidade, por participar de apenas um dos módulos ou de todos, e ao final da edição o certificado seria emitido de acordo e, correspondente à frequência nas aulas.

Embora os objetivos do projeto tenham permanecido o mesmo desde sua implementação, o desenvolvimento do curso, no entanto, sofreu algumas alterações ao longo de sua execução, considerando demandas internas do Nessop, assim como mudanças na própria conjuntura do país e local, conforme se descreverá abaixo.

Nesta perspectiva, apresenta-se no Quadro 3, dados gerais sobre a oferta do curso e os participantes ao longo do período em que foi ofertado.

Quadro 3: Apresentação Geral das Edições do CFP

Edição	Ano	Período	Nº Participante	Nº Ministrantes
1ª	2009	25/05 a 09/11	40	22
2ª	2010	10/05 a 08/11	38	24
3ª	2011	16/05 a 24/10	44	20
4ª	2012	21/05 a 29/10	40	20
5ª	2017	21/08 a 18/09	28	04
6ª	2018	02/05 a 28/06	20	06

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios internos do Nessop.

Era comum nas primeiras edições do CFP, o curso iniciar com um número elevado de participantes, mas que iam diminuindo no decorrer da formação, chegando ao final do curso em média 20 participantes.

Ainda que se considere a realização do CFP em seis edições, é relevante destacar que o projeto concorreu sete vezes em editais do Programa Pró-bolsas¹⁸, sendo aprovado em todas as ocasiões, embora não tenha sido executado em sua totalidade em 2016.

¹⁷ Maior detalhamento sobre a perspectiva de educação popular desenvolvida pelo CFP será abordado no subitem 3.3 desta seção.

O contexto político em 2016, ano em que seria realizada a 5ª edição do CFP, se configurava em um cenário de eleições municipais¹⁹, sendo necessário, portanto, pormenorizar as condições possíveis de execução do curso. Assim, após algumas reuniões, avaliou-se que, em razão da conjuntura eleitoral desenhada para o segundo semestre do mesmo ano e os impactos nas atividades do movimento social e de determinados sujeitos em atividades de representação nas políticas públicas e/ou de militância, a execução do curso ficaria inviabilizada, e dessa forma, a proposta do CFP foi adiada e a nova proposta de sua execução prevista para o primeiro semestre de 2017.

No entanto, entendendo a necessidade de reflexões críticas sobre a atual conjuntura sócio-política no que tange aos retrocessos dos direitos sociais e que já vinham sendo debatido pelo Núcleo, o Nesson promoveu o “Experiências em Cena” como uma etapa prevista na execução do CFP.

Na ocasião foram socializadas as experiências de entidades ou movimentos, selecionadas a partir das temáticas atinentes às políticas públicas e/ou processos e estratégias de organização e gestão popular. A atividade contou com três expositores que discorreram sobre suas experiências como militantes a partir dos seguintes segmentos populares: Conselho Local de Saúde do Bairro Campeche; Comitê Gestor do Projeto Maciço do Morro da Cruz²⁰, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e Movimento Parque Cultural das 3 Pontas/ Movimento Ponta do Coral 100% pública²¹. Além desta ação, foram promovidos, no mesmo ano, dois Seminários de Conjuntura Política e Movimentos Sociais.

As atividades, realizadas no auditório do CSE da UFSC, se constituíram como parte das estratégias de formação sociopolítica dos sujeitos populares, e neste caso também dos

18 O Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS) é gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão e tem por objeto estimular a participação dos estudantes de graduação nos projetos de extensão desenvolvidos pela UFSC através de auxílio financeiro na forma de bolsas. Disponível em <http://proex.ufsc.br/informacoes-probolsas/>.

¹⁹ As eleições municipais em Florianópolis tiveram segundo turno, no qual disputava a prefeitura da capital os candidatos Gean Loureiro (PMDB) e Ângela Amin (PP). O prefeito Gean Loureiro venceu a candidata do PP com 50,26%. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-municipais-2016/resultado-2o-turno-30-de-outubro/florianopolis/index.html>.

²⁰ O Maciço do Morro da Cruz (MMC) está localizado na porção central do distrito sede de Florianópolis, SC. O setor norte, chamado Morro da Cruz, é mais elevado, atingindo 283m de altitude, e em seu topo se estabeleceram as principais emissoras de televisão e o mirante turístico; no setor sul, mais rebaixado, a altitude máxima é de 188m (TOMÁS, 2012, p. 129). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100644>.

²¹ Movimento organizado em 2012 a partir da mobilização em prol do Projeto Parque Cultural das 3 Pontas, que propõe a criação de um parque público incorporando três áreas de manguezais na região central de Florianópolis – SC (Ponta do Coral, Ponta do Lessa e Ponta do Goulart) na embocadura do manguezal do Itacorubi em contraposição à construção de um hotel na mesma área. Informações disponíveis em <https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/>.

estudantes em face da realidade nacional e, conseqüentemente, sua repercussão em Florianópolis. As duas ações desenvolvidas ao longo de 2016 reuniram aproximadamente 350 pessoas.

As tabelas a seguir mostram a participação no CFP em números, compreendendo a classificação de gênero, faixa etária e nível de escolaridade dos participantes do curso.

Tabela 2 – Participação no CFP, segundo gênero declarado pelos/pelas participantes.

Edições	Participantes	Feminino		Masculino	
2009	40	21	53%	19	47%
2010	38	17	45%	21	55%
2011	56	41	73%	15	27%
2012	40	23	58%	17	42%
2017	28	18	64%	10	36%
2018	20	13	65%	07	35%
Total		136		93	

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de identificação dos inscritos.

Os dados acima apontam para uma ativa presença feminina e superior em relação à presença dos homens em cinco das seis edições do CFP.

É notável que ao longo da história as mulheres representaram um protagonismo no que se refere a esfera reprodutiva, espaço em que ela se ocupa da responsabilidade dos afazeres domésticos e aos cuidados com a família, sendo a mão de obra feminina dentro das famílias imprescindível para o capital. Em contrapartida, aos homens foi resguardada a incumbência de prover a família economicamente, incorporando sua hierarquia nas relações de poder e sobre a mulher.

No entanto, com as mudanças significativas na sociedade, que combina fatores econômicos, culturais e sociais, as mulheres, aos poucos vão rompendo com os padrões sociais demarcados a ela e vão configurando a construção de um novo sujeito coletivo.

Dessa forma, os movimentos organizados por mulheres no Brasil eclodiram com maior expressividade nos anos de 1970, se impondo como resistência à ditadura, mas ainda ausente de um debate mais profundo sobre a hierarquia nas relações de poder e da discussão de igualdade de gênero.

Ao movimento de mulheres, também é atribuído um caráter próprio da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, que encontravam nas comunidades de base, nos clubes de mães, nos grupos informais, geralmente nas periferias mais empobrecidas, um espaço de organização para pensar suas reivindicações, que se dava em torno de demandas básicas, como luz, água, esgoto e bens de consumo coletivos.

A ruptura com o papel feminino tradicional, limitado à esfera privada, se explicaria pelas relações particulares estabelecidas pelas mulheres nos espaços públicos em construção - os bairros da periferia - e em suas relações com a família, no âmbito da qual elas assumem as responsabilidades de manutenção, ainda que dando continuidade às relações tradicionais de submissão para com os maridos (LOBO, p. 03, 1991).

Nesse sentido, “o cotidiano aparece como um espaço de reconhecimento das experiências comuns, nas quais se enraíza a participação feminina” (LOBO, 1991).

Assim, a contemporaneidade mostra que junto às transformações da sociedade, os valores empregados a mulher também se modificaram e nesse contexto de avanço as mulheres conquistaram espaço para além do lugar privado, caracterizado no interior de seus lares.

Dessa forma, ainda que se reconheçam alguns avanços como na esfera do trabalho, por exemplo, com maior incorporação no mercado, é impossível negar as vulnerabilidades no que concerne aos direitos da mulher. Questões como a falta de reconhecimento, a presente desigualdade salarial e, principalmente, as opressões próprias da condição feminina na relação trabalho x maternidade e ainda a dupla jornada são dificuldades a serem superadas.

Se a lei legitima o direito das trabalhadoras à maternidade, as práticas patronais introduzem formas de controle sobre a fertilidade das mulheres, de modo a tentar subtrair destas o benefício das licenças. A maternidade e o trabalho assalariado continuam a se opor (LOBO, p. 03, 1991).

Demais conquistas por meio das lutas históricas das mulheres articuladas no campo das políticas públicas se deu nas áreas da saúde, educação, assistência social e também na jurídica, com a criminalização da violência doméstica²². Porém, apesar do aumento da participação feminina na esfera pública, a representação das mulheres em cargos políticos ainda é ínfima se comparada à representação do gênero masculino.

²² A Lei Maria da Penha foi criada em 2006 prevendo uma rede de atenção e assistência às mulheres em situação de violência. Porém, ainda que o mecanismo jurídico tenha sido uma conquista para as mulheres, o Brasil segue sendo o país com um dos piores índices de feminicídio do mundo. Ver: Lei Maria da Penha disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Ver: Lei Feminicídio: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm.

O papel desempenhado pelas mulheres na militância, dissonante da estrutura patriarcal que busca manter a hierarquia nas relações de gênero, continua sendo uma importante forma de resistência das mulheres, especialmente nos tempos atuais, em que a constância da força e a luta feminina são colocadas à prova, cotidianamente, ao se depararem com discursos misóginos, machistas e no enfrentamento da violência que se expressa de forma física, moral e psicológica, dentre formas.

Tabela 3 – Faixa Etária dos participantes do CFP.

Faixa etária Edições	18-30	31-45	46-60	Acima de 60	Não respondeu
2009	08	15	11	05	01
2010	05	12	09	07	05
2011	06	22	12	02	02
2012	10	15	10	03	02
2017	06	08	07	07	0
2018	04	10	03	03	0
Total	39	82	52	27	10

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de identificação dos inscritos.

A faixa etária dos candidatos não foi um requisito limitador à participação no CFP, sendo exigida apenas, idade a partir dos 18 anos.

Assim, conforme o quadro nota-se que a concentração se deu na participação de sujeitos com idades entre 31 e 45 anos, seguidas pelo maior número de participantes na faixa etária de 46 a 60 anos.

A partir dos dados identifica-se, portanto que, tradicionalmente, o CFP mantém um quadro de participantes com idades bastante diversas, mas com uma prevalência do público adulto. Contudo, é importante destacar que, embora a participação do público jovem – no âmbito do CFP compreendidos com idade entre 18 e 30 anos – não tenha sido expressiva nos cursos de formação, é preciso compreender a participação política desses sujeitos em uma dimensão mais ampla e plural, reconhecendo a

[...] existência de múltiplas formas de organização juvenil, que dialogam com distintos contextos e experiências de inserção na sociedade, nos grupos e movimentos, que se relacionam com modos específicos de compreender e vivenciar a política e o campo da participação (MESQUITA *et al.*, 2016, p. 290).

Exemplo de como os jovens tem articulado suas ações puderam ser observadas nas jornadas de junho 2013²³, quando uma onda de manifestações organizadas pelo movimento estudantil levou milhares de brasileiros às ruas.

Foram as parcelas de jovens com discursos mais progressistas e críticos que evidenciaram outras modalidades político-organizativas e de engajamento, com ações e atitudes que compuseram o “coro dos descontentes” brasileiros, que indiretamente afirmou a autonomia participativa dos indivíduos, grupos e coletivos diante das instâncias representativas e de controle social do/no Estado, oxigenando o papel da sociedade civil num sentido até então desconhecido para a intelectualidade brasileira (LIMA, 2017, p. 55).

As manifestações organizadas pelo movimento estudantil foram iniciadas na capital Paulista contra o aumento da tarifa do transporte público, mas logo se espalharam para outras capitais e cidades do Brasil e as reivindicações assumiram proporções maiores.

Em 2015, os jovens também foram protagonistas quando o movimento de ocupações das escolas estaduais tomou conta do Brasil. No movimento chamado de primavera secundarista²⁴, estudantes da rede pública insatisfeitos com os rumos da educação, ocuparam mais de mil escolas em todo o país protestando contra o projeto de reorganização escolar de São Paulo e que, após a pressão estudantil da época foi revogado.

Em uma conjuntura mais recente, os jovens tiveram mais uma vez – agora estudantes de instituições de ensino superior e institutos federais – um importante papel nas mobilizações que levaram milhares de pessoas às ruas para protestar contra os cortes no Ministério da Educação²⁵. Estudantes, professores, técnicos e entidades ligadas à educação se organizaram e marcharam, pela primeira vez, contra o governo de extrema direita. Os atos aconteceram em centenas de cidades de todo o Brasil e já desponta como uma das maiores manifestações organizadas e realizadas no país da atualidade.

Com isto posto, compreende-se que a tímida presença de um público mais jovem nas formações do CFP não se traduz em uma ausência de participação destes sujeitos na cena política, ao passo que, a expressividade do público adulto no curso, inclusive de participantes aposentados, indica que a idade não é necessariamente, um indicativo que possa expressar maior ou menor atividade política dos sujeitos.

²³ Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177590>.

²⁴ As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200291#aff3.

²⁵ As manifestações contra os cortes na educação que levaram milhares às ruas aconteceram no dia 15 de maio de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557950158_551237.html.

Tabela 4 - Grau de Escolaridade

Edições	2009	2010	2011	2012	2017	2018	Total
Fundamental	01	02	02	05	02	02	14
Médio	16	15	12	09	01	01	54
Médio Incompleto	02	0	0	0	0	03	05
Superior	18	13	29	25	14	05	104
Superior Incompleto	03	03	01	0	0	01	08
Pós-Graduação	0	0	0	0	09	07	16
Não respondeu	0	02	0	01	02	01	06

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de inscrição dos participantes do CFP.

Em relação ao nível de escolaridade é significativa a finalização de ensino médio e do ensino superior no CFP. Este dado possibilita a abordagem de conteúdos com certa complexidade e amplitude, contribuindo para um desenvolvimento dos assuntos abordados. Por outro lado, o grau de escolaridade não implica necessariamente na leitura crítica da realidade social e em maior grau de engajamento, ou seja, a qualidade da participação e o comprometimento com as demandas dos movimentos independem do nível de instrução escolar.

Ainda assim, é preciso considerar que, embora a formação política seja relevante para a vida de todo indivíduo inserido no contexto de sociedade capitalista, os sujeitos com baixa escolaridade – que deveriam ser os mais favorecidos, considerando a menor possibilidade de acesso a um conhecimento técnico e mais específico – tiveram pouca adesão.

3.1.1 CFP: Período de 2009 a 2012

As quatro primeiras edições do CFP (2009 a 2012) foram realizadas sob o mesmo formato. As aulas foram previstas, inicialmente, para acontecerem aos sábados, nos períodos da manhã e tarde, totalizando oito horas de trabalho e que, em uma edição anual corresponderia a um total de 187 h/aulas, divididas ao longo de aproximadamente sete meses de formação.

A carga horária, no entanto, foi avaliada excessivamente alta pelos ministrantes e pela diretoria da UFECO, o que poderia implicar em uma adesão insuficiente do público alvo. Dessa forma, o curso foi condensado e a carga horária reduzida para 70 h. As aulas foram

realizadas às segundas-feiras, das 18h30min às 22h, compreendendo um total de 20 encontros (MENEGON, 2010).

A mobilização contou com a presença da equipe técnica nas reuniões das associações de bairro e nos conselhos de políticas públicas, além da divulgação via correio eletrônico e nas salas de aulas do curso de serviço social da UFSC.

No relatório final da segunda edição do CFP (2010) a equipe técnica reconheceu maior efetividade de alcance do público-alvo quando a mobilização pode ser realizada de forma presencial:

[...] mais uma vez, visto que em ano anterior tivemos também essa conclusão, que a mobilização corpo-a-corpo é mais eficaz que o contato eletrônico via e-mail e em sua maioria atinge em maior proporção o público alvo que pretendíamos alcançar (NESSOP, p. 06, 2010).

Durante todo o processo de execução a equipe técnica manteve contato, tanto com os ministrantes quanto com os participantes selecionados. O contato com os participantes, uma média de 40 pessoas por edição, era realizado semanalmente, antes de cada aula para confirmação de presença.

Quanto aos conteúdos de cada módulo do curso, o foco principal se manteve nos temas da democracia e participação, porém, é fundamental enfatizar que todos os demais temas abordados na execução do CFP são transversais no contexto da vida cotidiana do sujeito e na cidade.

Nesse sentido, as disciplinas abordadas no ciclo de 2009 a 2012 foram organizadas em quatro módulos, conforme segue:

Módulo I: Participação e Democracia: Análise de Conjuntura: Como fazer; Teorias sobre Democracia; Democracia no Brasil; Os Conselhos de Direito e Políticas Públicas: Participação e Controle Social; Outros Mecanismos de Participação da Sociedade Civil.

Módulo II: Associativismo Civil e Movimentos Sociais: Sociedade Civil: História e Definições; Associativismo Civil; Movimentos Sociais; Movimentos e Associativismo Sociocomunitário; Movimentos Sociais, ONG's e Relação com o Estado.

Módulo III: Cidades Regulação e Equidade: Política Urbana; Sustentabilidade Ambiental; Fontes de Recursos e Orçamento Público; Economia Solidária: Alternativa Possível?

Módulo IV: Relações Interpessoais em Grupos Sociais: Comunicação e Liderança; Planejamento e Desenvolvimento de Reuniões.

Os conteúdos que compõem cada um dos módulos apresentados foram lecionados por aproximadamente 50 ministrantes que compuseram a equipe pedagógica do curso ao longo das edições. A equipe pedagógica no primeiro ciclo dos CFP's era composta por mais de vinte ministrantes de diferentes áreas do conhecimento, como Serviço Social, Geografia, Arquitetura e Direito, além de militantes de movimentos sociais (Apêndice C).

Ao ministrá-las, utilizou-se diferentes recursos e procedimentos didáticos, como a exposição dialogada, dinâmicas de grupo, análises textuais, exibição de vídeos, solicitação de tarefas, projeção de slides e indicação de textos para leitura prévia (NESSOP, 2010).

No decorrer das aulas, e nos limites das possibilidades, oportunizou-se um espaço para os participantes fazerem seus apontamentos e questionamentos elucidando suas dúvidas. Prática que se configura em um momento de percepção do movimento da realidade e da apreensão de saberes.

Assim, o período que compreendeu essa primeira fase do CFP – considerando o êxito no quesito “público alvo”, constatado por meio dos relatórios e também dos relatos dos entrevistados – pareceu bastante significativo, não apenas do ponto de vista de uma participação efetiva e significativa do segmento comunitário, mas também da contribuição da formação, por meio dos conteúdos ministrados, enquanto um instrumento de apoio para as lutas sociais dos sujeitos de base popular.

3.1.2 CFP: Período de execução de 2017 e 2018

Antes de discorrer sobre as particularidades da 5ª e 6ª edição do CFP é importante retomarmos o ponto em que compreende o período de 2013 a 2015, quando houve uma interrupção na execução do curso em decorrência da ausência da professora coordenadora do projeto e do Núcleo – Vera HerwegWestphal – que afastou-se para tratamento de saúde, o que comprometeu a sequência imediata do curso.

Assim, após o período de ausência de coordenação no Nessop e reorganização interna, a retomada de suas práticas, alicerçadas na política de extensão universitária, foi viável após alterações no quadro dos membros efetivos do Núcleo.

Nesse sentido, com uma nova coordenação do Nessop e o ingresso de mais duas professoras efetivas no Núcleo, o CFP foi repensado e planejado para execução em 2016 que,

conforme já mencionado no subitem 3.1, não foi ofertado em caráter de curso em decorrência das eleições municipais de Florianópolis.

Com a reelaboração no projeto, uma das alterações foi no que tange o público-alvo do CFP que passou a ser destinado aos “participantes de movimentos sociais, entidades comunitárias e representantes da sociedade civil nos Conselhos de Direito e Gestão das Políticas Públicas”, não sendo mencionada a categoria de “Professores de Ensino Médio da rede pública de ensino, das escolas do município de Florianópolis e Região”, mas, manteve-se a proposta de uma metodologia participativa, pautada nos princípios da educação popular.

Após a formação de uma nova equipe pedagógica para ministrar as disciplinas no curso foram realizadas reuniões para definir o formato e conteúdo do CFP na primeira edição do curso após o período de recesso.

Assim, o curso foi previsto, inicialmente, para o período de agosto a dezembro de 2017, totalizando uma carga horária de 64 horas. Posteriormente, avaliou-se a impossibilidade da equipe pedagógica, face à sua carga horária excedente em atividades de ensino, pesquisa e administrativa na graduação e pós-graduação, de realizarem a carga horária de aulas previstas (NESSOP, 2017).

Dessa forma, um novo arranjo foi desenvolvido e o conteúdo redimensionado, consistindo assim, em um curso realizado uma vez por semana, às segundas-feiras, no período noturno, das 18h30min às 22h, no período de 21 de agosto a 18 de setembro de 2017, somando seis encontros e totalizando uma carga horária de 20 horas/aula.

O processo de mobilização desenvolvido privilegiou a abordagem eletrônica através de e-mails, sendo enviadas aproximadamente 500 mensagens dirigidas para militantes de fóruns, associações de moradores, representantes dos conselhos das políticas públicas, grupos e comissões temáticas (negros, mulheres, LGBT, entre outros).

Foi realizada também a abordagem por telefone para aproximadamente 40 pessoas atuantes no movimento social e em organizações da sociedade civil comprometidas com um projeto democrático participativo no Município de Florianópolis.

Adotou-se ainda, a divulgação da programação do CFP nas redes sociais, como na página do Nessop no Facebook, no site do DSS, no Divulga UFSC e WhatsApp.

A importância das mídias sociais na relação com os processos organizativos a fim de intensificar a comunicação e a participação das massas em manifestações tem sido amplamente explorada, principalmente, por políticos, jornalistas e cientistas a partir de 2011 (SERRA JUNIOR; ROCHA, 2013).

A internet tornou-se uma ferramenta de mobilização indispensável nos dias atuais transformando as formas de comunicação e de organização destes segmentos, sendo um dos meios mais utilizados para mobilizar e organizar protestos, tamanha sua força de difusão.

A exemplo da disseminação de informações e o alcance no número de pessoas têm-se as recentes e expressivas manifestações populares que ocorreram no Brasil – a partir dos protestos de 2013 – e que se tornaram mais frequentes e intensas desde então, e na quais as redes sociais foram incorporadas em seus processos de mobilização.

As redes sociais consistem em um meio eficaz de disseminação de ideias comuns entre os usuários, bem como a sua utilização para organizar a sociedade coletiva para levar as suas demandas às ruas. Apontando para as manifestações ocorridas recentemente no Brasil, percebemos haver algo novo, inovador, as redes sociais como plataforma discursiva dos interesses do povo, o elemento imprescindível para organizar as demandas sociais, políticas e ambientais da coletividade (SILVA, 2014, p. 03).

Embora tenha sua relevância reconhecida em diversos processos de luta adjacente aos movimentos sociais, cabe, porém, considerar a efetividade do uso das mídias tecnológicas nos processos de mobilização no âmbito do CFP, o que será apontado na avaliação síntese ao final desta seção.

Quanto à oferta no número de vagas, o projeto previu 35 participantes para a 5ª e 6ª edição, no entanto, a equipe do CFP esforçou-se para realizar a seleção e o preenchimento das vagas, visto que, embora tivesse ocorrido manifestação de interesse por meio das pré-inscrições *online*, houve dificuldades básicas de duas ordens: seja porque não se conhecia algumas organizações que os interessados mencionavam estar vinculados (se se configurava como movimento ou organização), seja porque o número de participantes de base popular foi relativamente baixo, o que levou a equipe do Nessop a repensar a proposta e a organização do projeto, incluindo formas de mobilização para as novas edições do curso.

Como a diversidade de segmentos populares – já mencionadas na seção 1 – impõe desafios ao Nessop no sentido de contemplar todas as demandas postas ao Núcleo, o planejamento considerou uma leitura sensível do contexto nacional e local, e partir daí, a definição de conteúdos.

De uma forma geral, o redimensionamento nos módulos consistiu na redução do curso – conteúdo e número de encontros – comparativamente ao previsto no projeto original, conforme ilustração do Quadro 4, no qual observa-se também o menor número, proporcionalmente falando, de professores ministrantes envolvidos e que passaram a ser, majoritariamente, vinculados ao DSS.

Quadro 4 - Conteúdos CFP 2017

Encontros	Tema	Professor ministrante
1º	Conjuntura Política e Movimentos Sociais	Prof. Remy Fontana
2º	Modelos de Sociedade e Financiamento de Políticas Sociais	Prof.ª Tânia Regina Krüger
3º	Movimentos e Coletivos Sociais: desafios no contexto de regressão dos direitos	Prof.ª Maria Regina de Ávila Moreira
4º	Democracia, Representação e Representatividade	Prof.ªs: Luziele Tapajós e Maria Regina de Ávila Moreira
5º	Comunicação e Informação para a luta: Novas Tecnologias	Prof.ª Luziele Tapajós
6º	Avaliação Geral do Curso/Encerramento	Equipe CFP: Prof.ª Maria Teresa dos Santos Prof.ª Iliane Kohler (Voluntária) Jaqueline Mariscal (Estagiária) Matheus Rachadel (Aluno Pós-graduação)

Fonte: Elaboração própria com base no material elaborado para divulgação do CFP.

Na 6ª e última edição do CFP, os temas foram (re) elaborados sob um olhar mais atencioso sobre as questões de ordem política atual que incide sobre o cenário de Florianópolis, como por exemplo, o desmonte dos conselhos de direito, as tomadas de decisões que ignoram a participação popular, a precarização e o sucateamento dos serviços e espaços públicos em uma visível ameaça à democracia. Assim, reflexões sobre o contexto local foram contempladas nos conteúdos, conforme a programação apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 - Conteúdos CFP 2018

Encontros	Tema	Professor ministrante
1º	Introdução ao curso de formação de permanente: Apresentação, Organização e Credenciamento.	Equipe CFP: Prof.ª Maria Teresa dos Santos Prof.ª Iliane Kohler (Voluntária) Jaqueline Mariscal (Estagiária)
2º	Conjuntura brasileira pós-golpe 2016.	Prof. Marcos Aurélio da Ros Prof. Raúl Burgos
3º	Os movimentos sociais no Brasil de hoje: os dilemas da esquerda e a ascensão da direita.	Prof.ª Célia Vendramini
4º	A conjuntura local: embates com o Poder Público e desafios aos movimentos sociais e segmentos organizados.	Cíntia Moura Mendonça (Coordenadora FPPF)
5º	Comunicação e informação para a luta: novas tecnologias.	Prof.ª Luziele Tapajós
6º	Comunicação e informação para a luta: novas tecnologias.	Prof.ª Luziele Tapajós
7º	Estratégias e táticas de mobilização dos movimentos sociais.	Prof.ª Maria Regina de Ávila Moreira
8º	Avaliação e síntese: propostas de ação.	Equipe CFP: Prof.ª Maria Teresa dos Santos Prof.ª Iliane Kohler (Voluntária) Bruna Monteiro (Bolsista)

Fonte: Elaboração própria com base no material de divulgação do CFP.

Dessa forma, no decorrer da exposição e fundamentação do tema pela professora ou professor ministrante em cada aula, os participantes se expressavam com exemplos, desafios e conquistas compreendidos nos espaços de atuação desses sujeitos.

3.2 Avaliação do CFP pelos sujeitos participantes.

Com o intuito de apreender a significância do processo de formação do CFP para os participantes, o processo de avaliação apresenta-se como uma etapa essencial do projeto, sendo um importante instrumento para análises mais profundas sobre o que foi realizado e, sobretudo, quanto aos resultados.

Dessa forma, avaliação do CFP foi prevista no projeto para ser realizada ao final de cada aula ou disciplina com os participantes, e uma reunião avaliativa ao final do curso com a equipe técnica, organizadores e ministrantes da formação visando compreender se os objetivos propostos pela formação foram alcançados, apreendendo as impressões sobre conteúdo e método que poderão apontar os resultados para possíveis modificações em seu formato (NESSOP, 2008).

Nesse sentido, o processo avaliativo do CFP procurou combinar os resultados analisados por meio das avaliações²⁶ dos participantes, dos professores/as ministrantes e das lideranças entrevistadas para este estudo, no qual, aspectos de caráter político-pedagógico e dos processos organizativos foram revelando a percepção dos participantes quanto à proposta do curso e da equipe técnica.

Dessa forma, já na avaliação da primeira edição do CFP as considerações quanto aos resultados esperados revelaram que

[...] em termos de participação a atividade atingiu seus objetivos, tendo em vista que 74% dos cursistas concluíram o Curso; enquanto os conteúdos foram considerados relevantes para a participação destes em instâncias de decisão e para a resolução das demandas comunitárias (MENEGON, 2010, p. 65).

Embora a primeira avaliação tenha apontado que, de uma maneira geral o curso tenha conseguido alcançar os objetivos propostos, Menegon²⁷ (2010) conclui que para uma análise mais efetiva do curso, a curto e em longo prazo, “seria necessário continuar acompanhando a inserção destes na vida política e pública nos próximos anos” (MENEGON, 2010, p. 65).

²⁶ Os modelos de fichas avaliativas aplicadas aos participantes e aos professores ministrantes das seis edições do CFP estão dispostos como anexo ao final deste trabalho.

²⁷ Os resultados completos da primeira edição do CFP podem ser vistos no TCC de Rafael Menegon. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120478>.

Assim, retomando a avaliação feita pelos participantes no primeiro ciclo do CFP, a partir da 2ª edição, foram elencadas três questões – consideradas de maior relevância para uma análise teórico-metodológica deste estudo – relacionada à metodologia didática das aulas e na qual os resultados no geral apontaram que:

Tabela 5 - Questão 1: Os materiais da aula utilizados pelo professor foram:

Edições	Ótimo	Bom	Regular	NR
2010	44%	50%	4%	2%
2011	46%	48%	4%	2%
2012	41%	55%	3%	1%

Fonte: Elaboração própria com base no relatório final do CFP de cada edição.

Os materiais utilizados pelo professor/professora ministrante referem-se aos textos de apoio disponibilizados, apresentação no data show, exercícios e outras dinâmicas.

A Tabela 6 faz referência sobre a utilidade do conteúdo abordado nas aulas no contexto de vida do sujeito.

Tabela 6 - Questão 2: O conteúdo abordado tem utilidade prática para a inserção na comunidade e na sociedade?

Edições	Sim	Não	Em parte	NR
2010	88%	1%	8%	3%
2011	91%	1%	6%	2%
2012	90%	2%	7%	1%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios finais dos CFP's.

De forma geral os resultados mostram que os conteúdos abordados nas formações têm expressiva relevância para a maioria dos participantes ao relacioná-los em suas ações cotidianas, o que reforça a necessidade de continuar trabalhando temas que promovam a reflexão acerca da democracia e do exercício pleno da cidadania.

A relevância dos conteúdos abordados na relação com a militância também se expressou no relato dos entrevistados.

[...] eu lembro de algo que marcou...que a gente não poderia perder tudo que os outros conquistaram...a gente não podia deixar perder o que os outros conseguiram até com morte, com tortura, sabe. Que não se perca aquela luta toda que foi feito, pelas Diretas Já, pela Constituição de 88, o SUS que foi muito bem feito, o

parágrafo 106 ao 200 (CF 1988) fala tudo sobre o SUS, sobre a participação popular nas decisões dos SUS, isso foi o maior avanço que teve sobre a Constituição (Liderança 3).

A terceira pergunta analisada se referia a linguagem utilizada pelo ministrante em sala, e no qual os resultados são apontados na Tabela 7.

Tabela 7 - Questão 3: A linguagem utilizada pelo professor foi:

Edições	Fácil Compreensão	Acessível	Termos Difíceis	Não Entenderam	NR
2010	68%	28%	1%		3%
2011	71%	24%	1%	1%	3%
2012	66%	28%	4%	1%	1%

Fonte: Elaboração própria com base no relatório final do CFP de cada edição.

Ainda que a maioria dos participantes tenha considerado a linguagem do professor/professora de fácil compreensão, há uma pequena parcela que demonstraram certa dificuldade em compreender determinados termos, e aqueles que em algum momento da aula afirmaram não ter entendido a linguagem. A respeito dessa questão, ela foi também analisada nas duas últimas edições tendo suas considerações abordadas à frente.

Da segunda fase do CFP, compreendida pelas duas últimas edições do curso, as avaliações dos participantes reafirmaram o alcance dos objetivos destacando a procedência do conteúdo, a linguagem utilizada pelo professor e a própria avaliação quanto à sua participação nas aulas.

Assim, quanto aos três itens destacados para esta análise, têm-se os seguintes resultados:

Tabela 8 - Questões avaliativas dos participantes do CFP 2017 - 2018²⁸.

Questões	Ótimo	Bom	Insuficiente
Os conteúdos abordados foram:	68%	27%	5%
A linguagem utilizada pelo (a) professor (a) foi de fácil compreensão:	66%	27%	7%
Como você avalia sua participação na aula?	17%	79%	4%

Fonte: Elaboração própria com base no relatório 2017.

²⁸ As avaliações da última edição do CFP não foram sistematizadas, assim, algumas pontuações avaliativas foram feitas com base no diário de campo da pesquisadora deste estudo e no relatório de reuniões.

A equipe técnica trabalhou em um esforço de contemplar as temáticas atinentes à realidade dos sujeitos – reconhecendo que nem sempre é possível contemplar todas as temáticas demandadas ao Núcleo – e os resultados acima demonstram uma expressiva satisfação dos sujeitos em relação aos conteúdos trabalhados em sala.

A equipe técnica buscou também alinhar o perfil dos participantes aos processos pedagógicos dinamizados em sala, a fim de que os sujeitos pudessem apropriar-se da informação transmitida e dessa forma, serem capazes de refletir sobre ela. Com isso, a linguagem empregada pelos ministrantes nos cursos deve ser patente e acessível de modo que o sujeito possa, além de refletir, intervir na realidade a partir de seu entendimento.

Nesse sentido, as lideranças entrevistadas corroboram com o princípio da simplicidade de uma linguagem acessível e que possibilite a fácil compreensão pelos sujeitos:

Na comunidade, não adianta eu chegar ali com (teoria) muito alto e começar a conversar, eles vai olhar assim e falar “não é a nossa língua”, então eles querem que fale a linguagem deles, né, e isso é muito importante na comunidade (Liderança 1).

[...] até o termo que eu uso hoje, eu agradeço ao NESSOP, onde que aprendi as terminologias, ou seja, como enfrentar os engenheiros da Prefeitura sem um anel no dedo (Liderança 2).

Cabe salientar, contudo, que o processo de apreensão do conteúdo pelos participantes é contínuo e passa a fazer melhor sentido, quando ele é capaz de relacionar a teoria no seu cotidiano, compreendendo os conhecimentos adquiridos como instrumento de apoio em suas lutas diárias.

A gente começa esse curso muito cru [...] eu nem sabia de lei, de artigo que dizia da participação popular e foi isso que a gente aprendeu, a fazer de uma forma organizada, apoiada na lei, saber que pode fazer saber que tem direito de fazer e ser capacitado pra fazer aquilo, te dá instrumento pra que tu saiba que esta fazendo a coisa certa (Liderança 3).

Por meio das avaliações e da contribuição das lideranças entrevistadas foi possível perceber também que a formação promovida pelo CFP possibilita que os sujeitos reconheçam suas ações dentro do âmbito legal e que previstas na constituição, garantem aos sujeitos maior autonomia em suas intervenções.

[...] quando tu sente, é mostrado que tem lei, que tu pode fazer aquilo, é isso, isso que eu me senti, que eu podia fazer aquilo [...] e foi isso o NESSOP que deu pra nós, essa base que é legal que a gente ta fazendo [...] tem uma lei, lá no artigo 197 da Constituição que diz “a participação popular na gestão do SUS” e que o 196 diz

“a saúde é direito de todos e dever do Estado”, aquilo a gente estudou, e ai eu vi que aquilo ali a gente pode fazer porque a gente está apoiado pela lei (LIDERANÇA 3).

As análises avaliativas dos participantes do CFP, também revelaram a necessidade de aprofundamento de algumas temáticas, como por exemplo, questões que tratam sobre a democracia, da qual a cidadania é seu componente fundamental. Tema este, abalizado no relato a seguir.

[...] eu fui fazer (CFP) porque precisava definir o que era democracia e cidadania [...] Fala que o cidadão é aquele que tem RG, tem CPF, tem documento, mas na verdade, isso não é a cidadania, a cidadania pra pessoa ele tem que ter tudo aquilo que o Estado diz que a pessoa tem [...] para concluir a cidadania ele tem que ter acesso a cidade, porque a cidadania no meu pensamento vem de cidade, de habitar em uma cidade. A pessoa que é excluída de uma cidade, não pode morar dentro de uma cidade que cidadão que ele é? Então ele pode ter CPF, ele pode ter RG, mas se ele não tem uma moradia, diz a constituinte que a moradia digna é um direito de todos e um dever do Estado, é o mesmo que vem lá sobre a educação, a saúde, segurança pública. É um monte de coisa que abrange uma cidadania da pessoa não é só ter o RG e CPF [...] cidadania é direito à cidade e direito à cidade abrange de tudo e a gente não tem, é excluído (LIDERANÇA 1).

Percebe-se assim, que a resignificação dos conteúdos trabalhados no CFP no contexto de vida do sujeito, vão se manifestando de acordo com o nível de participação e consciência política dos sujeitos. No relato acima, a liderança compreende o termo “cidadania”, por exemplo, em uma dimensão mais ampla e complexa quanto a sua efetividade, sabendo-se que

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2002, p.08/09).

Assim, é posto que a cidadania²⁹ plena, em sua essência, não se materializa tão e somente na ideia reducionista de ser portador de documentos civis. Sua dimensão está implicada em um conjunto de deveres e, principalmente, de direitos – civis, políticos e sociais competentes aos cidadãos e que, de tal modo, preconiza a participação política.

²⁹ Importante destacar que o emprego do termo “cidadania” não é consenso entre os teóricos. Para o cientista político Décio Saes a cidadania está diretamente ligada ao seu padrão de desenvolvimento no capitalismo. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/16saes.pdf.

Nesse sentido, a formação política amplia e fortalece no sujeito a perspectiva de direito levando-o a impor-se, criticamente, diante de ações assistencialistas e de outros interesses de ordem política.

Tem pessoas que pensam em cesta básica, cesta básica não é cidadania pra ninguém, o que traz uma cesta básica para a pessoa? O que traz de cidadania pra ele é ter direito ao trabalho, trabalhar, ganhar o dinheiro dele, que ele vai comprar o que ele quer (LIDERANÇA 1).

A narrativa dos entrevistados foi evidenciando a importância das formações políticas para o enfrentamento de forças contrárias que se manifestam nos espaços de participação em que atuam. Empregadas de ideologias partidárias, como as associações de bairro por exemplo, esses locais tornaram terra fértil para cooptação de lideranças favorecida pela ausência de uma reflexão e atuação crítica.

[...] associações estão sendo muito usadas por questão partidária, e fala muito de esquerda mais quem usa mesmo é a direita. Os conselhos comunitários estão na mão da direita e é só assistencialismo, não é construção de cidadania (LIDERANÇA 4).

[...] uma liderança nova, que chega à direção de um conselho de comunidade [...] sem nenhuma estrutura, nunca frequentou um curso do NESSOP, nunca frequentou um curso de atualização de liderança comunitária, não sabia como agir e conseguiu ser presa fácil pra politicagem, cooptado, hoje, exerce um cargo na prefeitura que nunca ninguém escutou que existia. Agora ele é um agente político, não mais um agente comunitário (LIDERANÇA 2).

A cooptação de lideranças, assim como outras interferências na dinâmica dos movimentos e da organização popular é achado fácil quando se incute deferência pela formação política e o papel de suas representações democráticas.

Assim, a partir dos relatos se reverbera o importante caráter da formação permanente como estratégia de luta para além dos modelos burocráticos e operacionais no interior das organizações, mas, principalmente, impondo resistência democrática.

Sem uma formação constante, o líder não é questionado, nem checado em suas ações, não tem oportunidade de rever seus objetivos, sua estratégia de ação, sua maneira de conduzir as reuniões ou mesmo sua postura, não tem a oportunidade de se encontrar com outras lideranças, de observar outras formas de ser e agir. É possível dizer que o próprio fato de a liderança não se abrir para uma reciclagem já seria um indício de seu embotamento (HERKENHOFF, 1995, p. 104).

Entretanto, não são apenas as associações de moradores que se tornaram palco de disputas e interesses políticos, pois, os conselhos de direito, espaços de participação popular,

também podem se constituir como espaços para legitimar ou retroceder naquilo que está posto, como destaca Krüger (2008, p. 83) “As Conferências e os Conselhos são como instrumentos formalizados para a efetivação da diretriz de participação da comunidade”, advertindo, portanto, que esses locais não se configuram enquanto espaços neutros e isentos de intencionalidade.

Conferências e Conselhos são colegiados contraditórios e tensos, permeados por diferentes interesses sociais. Pode haver pactuações temporárias e direcionadas para algum objetivo, mas consenso com essa composição é difícil de visualizar, caso algum dos segmentos não se coloque em posição subordinada ou silencie (KRÜGER, 2008, p. 84).

Assim, as temáticas abordadas no CFP, relacionadas ao acesso à cidade, aos direitos sociais e a política urbana (WESTPHAL, 2010) e, portanto, diretamente imbricadas nas ações dos sujeitos ativos na participação política e em suas relações sociais, são temas que exploram a conjuntura política, econômica e social, assim como questões que empreende os temas da democracia e participação, conteúdos tradicionalmente trabalhados ao longo das edições do CFP.

[...] se fosse pela minha opinião, eu opinava no caso pela democracia participativa, porque a gente participa tanto pra entrar, mas se precisar tirar, tira, e o representativo não, eu vou botar um representante lá, se ele foi bem foi bem, se ele foi mal eu não consigo tirar ele. Eu fico muito com pé atrás com representativo né, porque o representativo nem sempre representa a gente, porque muitas vezes, tem muitos representantes desse, que eles estão ali, mas é com interesse próprio, ele não pensa no coletivo (LIDERANÇA 1).

A representatividade como modelo de participação política na sociedade se assenta sob duas orientações que podem ser, sinteticamente, entendidas como:

A democracia representativa (R), ancorado na ideia de que as decisões políticas são derivadas das instâncias formadas por representantes escolhidos por sufrágio universal e o modelo da democracia participativa (P), por sua vez, assentado na ideia de que compete aos cidadãos, no seu conjunto, a definição e autorização das decisões políticas (LÜCHMANN, p. 01, 2007).

Há que se mencionar, porém, que o status em que se ancora a representatividade na atual conjuntura brasileira é efetivamente baixo, uma vez que a democracia encontra-se frágil e comprometida mediante toda sorte de supressão dos direitos sociais e da opressão mediante formas de oposição ao governo vigente³⁰.

³⁰ Em mais um evento de autoritarismo e dismantelamento dos espaços e canais de participação, o Governo Federal suspendeu a realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://maissuas.org/>.

Nesse contexto, as duas últimas edições do CFP, especialmente, partiram de uma perspectiva de totalidade da conjuntura nacional para suas manifestações no cenário local, possibilitando assim, um debate mais próximo das demandas dos sujeitos participantes.

Os primeiros (CFP) foi uma coisa assim, mais geral, era mais instrumento, o formato foi maior, depois começou a diminuir [...] que pra mim acho que foi o mais interessante porque aí ele se atualizou, veio pra temas do cotidiano, o último, pra temas mais Florianópolis, mais Santa Catarina, mais atual, mais local, mais pro nosso dia a dia (LIDERANÇA 2).

De um modo geral, as pontuações avaliativas dos participantes mantiveram um resultado positivo em todas as edições, mas, com algumas ressalvas – especialmente das últimas edições – que merecem ser consideradas nos próximos planejamentos, não apenas do CFP, mas de toda ação que demande uma proposta de caráter mais popular e participativa. Um exemplo se expressa na avaliação a seguir:

Entendo que a metodologia de condução de cada aula seja de responsabilidade dos professores convidados. Porém, acredito que as aulas seriam mais bem aproveitadas e atingiriam maior formação dos participantes se fosse considerado o público alvo e um processo de formação mais participativo. Quando digo participativo me refiro na inclusão dos participantes na aula, e não que seja apenas uma palestra expositiva (NESSOP, 2017).

Outra questão a ser considerada é quanto ao tempo destinado para as discussões, já que algumas sugestões apontaram o tempo como insuficiente para as discussões: “O tempo para debater os temas foi muito curto”; “O tema merecia mais tempo para ampliar a discussão”; “Mais tempo para a abordagem do tema e interação do grupo” (NESSOP, 2018).

Quanto à avaliação dos ministrantes, o retorno dos formulários respondidos foi pequeno se comparado ao número de professores, porém, dos que responderam a avaliação, entre os apontamentos de maior relevância destacaram-se “a necessidade de inclusão de outros assuntos ou de outras perspectivas em relação ao mesmo tema, como por exemplo, Movimento pela Reforma Urbana no Brasil” (NESSOP, 2010).

Outras temáticas apontadas pelos ministrantes foram:

- A relação entre as diversas teorias democráticas e a sociedade civil; sociedade civil, mercado e estado;
- O tema “Áreas Legalmente Protegidas” é transversal a muitos dos temas do curso, podendo estar situado mais adiante no cronograma;
- Questões urbanas relacionadas à Florianópolis especificamente do ponto de vista jurídico (NESSOP, 2012).

Quando perguntados se o conteúdo abordado contribuía para a ampliação da compreensão e da atuação referente ao exercício da democracia, cidadania e direitos sociais dos participantes em seus espaços de inserção social, todos os ministrantes das primeiras quatro edições do CFP, responderam afirmativamente, fazendo as seguintes considerações: “Pelo fato dos cursistas se reconhecerem no associativismo civil, através de suas organizações e outras associações que compõe a diversidade da trama associativa” (NESSOP, 2010). Outros apontamentos foram:

- O tema aborda essencialmente os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado frente a proteção ambiental e cultural diferenciada que cada espaço deve contar;
- Abordagem interdisciplinar dos direitos urbanos é estratégico na formação da cidadania;
- Porque socializa conhecimentos discutidos na academia, mas pouco debatidos em âmbitos sociais mais gerais. A apropriação de tais conhecimentos pode qualificar a atuação dos diversos atores sociais que participam do evento em suas comunidades e no município onde vivem (NESSOP, 2012).

Apesar dos ministrantes terem afirmado o alcance dos objetivos propostos para a aula, a única ressalva por parte deles foi à insuficiência do tempo para desenvolver, de forma mais completa, os temas abordados.

Já a avaliação da equipe do CFP na primeira fase do curso pontuou, de forma geral, que “os objetivos foram alcançados em diferentes níveis”, uma vez que todas as disciplinas previstas foram ministradas, ressaltando apenas que a necessidade de substituição de ministrantes – devido a imprevistos – ao longo da execução do curso, o que não prejudicou o desenvolvimento das temáticas previstas.

Outro apontamento feito pela equipe nas primeiras edições e que se reforçou nas últimas edições, foi quanto à necessidade de estudantes com bolsa de extensão para a execução do projeto, já que em algumas edições o curso contou com apenas um bolsista o que sobrecarregou o estudante, assim, “é importante que haja, no mínimo, dois estudantes com bolsa de extensão para a execução do projeto”, uma vez que para a execução efetiva e qualificada do projeto “a inserção de bolsistas é condição *sine qua non*” (NESSOP, 2012).

Dessa forma, a partir dos apontamentos dos ministrantes, da equipe e, principalmente dos participantes, compreende-se cada vez mais a importância de oportunizar espaços para a disseminação de conhecimentos técnicos e teóricos, assim como a socialização de saberes e

experiências que contribuam para a emancipação dos sujeitos e também para o fortalecimento das lutas coletivas.

Assim, e à luz das ameaças à democracia com os contáveis retrocessos dos direitos sociais, formações como a promovida pelo CFP manifestam-se como espaços em que táticas e estratégias de luta e resistência para o enfrentamento da profunda crise instaurada nos diferentes setores governamentais possam ser pensadas e organizadas.

3.3 A formação política de quadros como desafios para o NESSOP

Entende-se que a formação política está diretamente ligada aos processos de desenvolvimento da autonomia e de emancipação dos sujeitos sociais, no entendimento que, por meio da apropriação de conhecimentos práticos, teóricos e demais experiências, o sujeito possa ser capaz de refletir, falar e agir sobre determinadas demandas de sua realidade com vistas à sua transformação, tornando-se protagonista das lutas populares.

E pensar a formação política, nesse sentido, não significa somente empreender a transmissão de conteúdo em uma relação aluno x professor, mas entendê-la dentro da dinâmica da sociedade em um processo de troca e de disseminação de saberes, aspirando à população o desenvolvimento do senso crítico, a politização e a educação não alienada, ou seja, é uma ação conjunta de pensar e atuar de modo conscientemente político.

Nesse sentido, com a finalidade de potencializar as lutas e fortalecer os laços de solidariedade, a formação de quadros deve ser uma preocupação constante no interior dos movimentos sociais, a exemplo do MST.

A formação é uma necessidade da luta pela vida. Não se forma pessoas para lutar; se forma quem já luta. O entusiasmo e a força são insuficientes para vencer o poder da opressão. A classe oprimida precisa juntar sua força e o seu pensamento para vencer a dominação. Precisa saber desmontar o sistema capitalista, descobrir as raízes da exploração e criar respostas para os problemas do povo. Sem formação, a luta mais feroz não passa de uma luta espontânea contra os efeitos da exploração. Cada movimento deve ter um programa de formação, que responda aos diversos níveis de consciência de sua base, militância e direção (MST, 2009, p. 50)

O papel da formação, enquanto ferramenta para a transformação social é possibilitar compreender e implementar as mudanças necessárias a partir de uma intervenção mais qualificada (MST, 2009) que, possibilitada pela formação política permite o desvelamento de aspectos mais profundos da realidade e que somente a formação escolarizada não é suficiente para desenvolver o nível de consciência dos sujeitos.

Dessa forma, compreende-se a formação política alinhada a uma concepção de educação de maior amplitude e alcance social, considerando os diversos espaços e formas de aprendizagem, conforme os dizeres de Vendramini (2004, p. 159) “Tomamos como base a concepção de formação como um processo em permanente construção, permeada de contradições e determinada por condições objetivas e subjetivas, em que os sujeitos sociais vão se constituindo”.

A capacidade de discernimento e reconhecimento do movimento de forças contrárias, por meio de um olhar crítico e minucioso sobre a realidade permite que o sujeito possa distinguir, em suas relações sociais, quem são seus pares e quem são seus algozes podendo assim, somar forças em uma aliança com potenciais aliados.

A experiência em diferentes processos participativos e a vivência no interior das contradições possibilita dinamizar as ações coletivas dos movimentos sociais a partir da organização e da construção de estratégias de resistência para a luta.

Para tanto, a realização de uma formação política concreta busca reunir elementos como método e conteúdo à luz dos objetivos pautados pela organização ou movimento em que os sujeitos se assentam.

Assim, na atual conjuntura em que se elevam os desafios para o enfrentamento da investida neoliberal e da agenda conservadora, é premente a necessidade da formação de quadros no interior das organizações e dos segmentos sociais “[...] os quadros constituem, por assim dizer, o corpo de liderança que aglutina e influencia a reação das massas em torno do cumprimento de tarefas estabelecidas” (BOGO, 2011, p. 30), essa formação é, portanto, essencial para construir força social e política, isto é, sujeitos organizados e cada vez mais conscientes.

Na visão holística de organização política definida por Bogos (2011) é posto que, para cada tipo de estrutura organizativa, há uma política de formação de quadros a ser pensada de acordo com os objetivos que estas estabelecem.

Um quadro existe em função dos objetivos da organização a que pertence. Para alcançar tais objetivos, é necessário que sejam definidas as tarefas que direcionem a ação, com métodos eficientes para efetivá-las [...] um quadro é aquele que sabe definir tarefas, distribuí-las e formular métodos para sua execução, com a consciência de que está realizando os objetivos da organização (BOGO, 2011, p. 129).

A formação de quadros converge para um sentido transformador, tanto da realidade quanto dos sujeitos, e esse intento só é possível ser pensado no tocante ao nível de

consciência e de organização, das entidades e dos sujeitos, requisitos esses que dependem, em parte, da qualificação das lideranças e da militância dos que formam e organizam a luta.

A conjuntura política, econômica e social ao qual o CFP foi concebido e desenvolvido nos últimos 10 anos tem mostrado, e de forma cada vez mais expressiva, a necessidade de formação sociopolítica para a qualificação dos sujeitos nos espaços de participação e de deliberação coletiva. Dessa forma, o CFP buscou combinar elementos como, participação, conteúdo e método, no sentido de promover uma formação sociopolítica comprometida com os interesses das classes subalternas para as lutas sociais.

Nessa direção, o Nessop como núcleo compromissado com os movimentos sociais desempenha um importante papel, não apenas como apoiador das lutas, mas também como fomentador das práticas e ações sociais desses segmentos.

Neste período, após inúmeras reflexões e avaliações, entende-se que o CFP - ainda que afetado por questões internas, falta de financiamento para suprir necessidades que demandam maior investimento na organização e execução, e o insuficiente número de bolsas de extensão para graduandos, já que as condições de vida dependem de um mínimo apoio financeiro - foi realizado dentro das possibilidades, de forma satisfatória para os participantes, equipe e ministrantes e consonante a sua proposta.

Ao julgar a relevância do CFP, a oferta do curso mesmo intermitente, seguiu por sete edições, ao somar as atividades do ano de 2016. Ao longo das formações, a equipe técnica buscou, em especial, intensificar os processos de mobilização dos sujeitos público-alvo do projeto, empenhando-se para uma ação mais presencial junto aos territórios, o que foi mais bem sucedido nas primeiras quatro edições (2009 – 2012) levando em conta uma equipe com maior número de participantes, entre professores e alunos bolsistas e/ou estagiários e o êxito alcançado nesse tópico, com a participação expressiva de entidades comunitárias, conforme apresentado na Tabela 1 da seção 2 desta pesquisa. Sobre a composição das equipes dos CFP's, ver Apêndice D.

As edições de 2017 e 2018 do CFP contaram com uma configuração reduzida no quadro de professores e alunos bolsistas o que significou maior esforço dos organizadores no que concerne alcançar o público-alvo desejado, já que a mobilização “corpo a corpo” se limitou aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e aos Conselhos de Direito do Município de Florianópolis.

Com relação ao perfil dos participantes das últimas edições, avalia-se que, ainda que o nível de escolaridade não tenha sido um critério de exclusão do candidato ao CFP, foi possível perceber, por meio de reuniões avaliativas, que essa característica no perfil dos

sujeitos deu outro significado, pelo menos para a equipe do Nesson, no decorrer, principalmente da última edição do CFP.

Ao realizarem um debate com a maioria dos sujeitos de um nível de escolaridade mais elevado explicitaram-se alguns desafios, e de ordem pedagógica pode-se dizer que a capacidade de abstração por parte dos sujeitos com maior escolarização, pode não refletir a mesma facilidade de compreensão por aqueles com menor grau de instrução escolar.

No que se refere à perspectiva metodológica adotada pelo CFP, o da educação popular, está se efetivou no que diz respeito à oportunização do diálogo e a valorização das experiências de vida dos participantes.

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

A educação popular é um método de educação criado pelo educador Paulo Freire (1921 – 1997) que estimula o conhecimento do sujeito por meio do contexto social e político no qual está inserido, em uma prática de ressignificação das palavras e o seu significado social. É uma forma de educação que articula diferentes práticas e saberes atrelada a concepção de uma educação emancipatória imbuída de uma visão crítica acerca do mundo em um ato do povo e para o povo.

Calcada na realidade concreta dos sujeitos, a educação popular privilegia o diálogo como preceito pedagógico, distanciado da relação de tutela e de valorização do seu cotidiano, estimulando que o sujeito se reconheça enquanto protagonista de sua própria história e experiência de vida.

Nesse sentido, a educação enquanto um processo de humanização se constitui, segundo Freire (2007) a partir da perspectiva do ser humano incompleto e, por isso, carecido de educação constante, porquanto ela seja um ato de formar e transformar:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundem aí (FREIRE, 2007, p. 22/23).

Leher (2007, p. 20) defende que “a educação popular está no âmago da estratégia de luta pelo socialismo [...] e por isso, a sua força ou fraqueza tem uma relação direta com a correlação de forças e com o estado da auto-organização das forças populares”. Portanto, a formação política proposta pelo CFP, se dá por meio de uma prática político-pedagógica comprometida para o fortalecimento da cidadania e da potencialização democrática com a perspectiva de mudanças e de superação do *status quo*.

Contudo, a formação crítica e política não podem ser concebidas como um método pontual, que se cristaliza em um momento preciso da formação. A construção de um pensamento crítico e questionador é um processo que ganha maturidade à medida que o sujeito, no desenvolvimento de sua práxis ao conjugar teoria e prática, identifica no cotidiano de suas ações a possibilidade de transformação da realidade, de se compreender como protagonista na luta por direitos e democracia.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1980, p. 26).

Assim, diante do que foi exposto nesta seção, percebeu-se que, em quase dez anos de execução do CFP a conjuntura impôs a necessidade de adequações ao projeto, já que ele não está desassociado das mudanças ocorridas na realidade.

O formato mais condensado do curso, como foi às últimas edições, indicou ser a melhor configuração no que se refere à adesão das pessoas ao curso e de fato, o formato possível, dado a conjuntura.

Quanto ao processo de mobilização que prioriza os meios eletrônicos, embora seja rápido e eficiente ao considerar maior alcance no número de pessoas, é questionável quando não se atinge, principalmente, os sujeitos de base popular – público-alvo prioritário no CFP – sendo necessário, portanto, intensificar a mobilização “face a face” como melhor estratégia de sensibilização desse público.

Sobre o conteúdo, os participantes demonstraram por meio das avaliações, um resultado favorável quanto à relevância dos temas abordados destacando, porém, que o tempo para tratá-los foi curto. Neste sentido, a equipe do CFP tem trabalhado com a ideia de planejar e executar o curso de forma que os temas de maior demanda possam ser aprofundados.

Sobre a dinâmica pedagógica que tem como perspectiva a educação popular, a pretensão do Nessop não foi desenvolver um projeto congênere a educação popular, mas sim de possibilitar que alguns elementos do método pudessem ser privilegiados, como por exemplo, o diálogo e a socialização de experiências de vida dos sujeitos.

Assim, a partir das avaliações, percebeu-se o quão importante e necessário é manter e fortalecer espaços como o Nessop que, tido como referência política e organizativa em Florianópolis, ainda que com todas as incertezas de uma conjuntura instável, segue realizando ações como instrumentos de potencialização das lutas sociais e comprometida com a classe trabalhadora.

4 A FORMAÇÃO PERMANENTE DE LIDERANÇAS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM XEQUE

Na presente seção se propõe uma problematização do Nessop, discorrendo não somente sobre a estrutura organizacional e a composição do corpo profissional que compõe o Nessop, mas também sobre as particularidades de suas ações na perspectiva da extensão universitária, resgatando, portanto, o conceito de extensão, aspecto que compõe o tripé da educação superior brasileira e na qual o Nessop se articula junto às linhas de pesquisa e ensino.

Aborda-se ainda, em quais condições tem sido possível a oferta do CFP, considerando a sua contribuição no fortalecimento dos movimentos sociais e da representação popular da sociedade civil nos conselhos de direito em Florianópolis.

Tal reflexão torna-se essencial, especialmente pelo atual contexto incidir sobre a política de educação superior, particularmente da extensão universitária.

Nesse sentido, cabe ainda retomar o debate sobre o papel da universidade e seu compromisso com a sociedade que se materializa, também, por meio de projetos e ações consonantes a uma perspectiva transformadora da realidade.

4.1 A Extensão e o Papel da Universidade: a perspectiva da curricularização da extensão universitária

Discutir a formação desenvolvida pelo Nessop e mais precisamente o CFP, implica em problematizar a formação política dos sujeitos populares no contexto e o que significa a extensão universitária na contemporaneidade, é pensar o “texto no contexto”.

[...] a universidade não é uma casinha fechada, o que ela dá de retorno pelo que ela recebe é muito pouco pras comunidades no entorno dela, é quase nada [...] as coisas são capadas lá dentro, são presas lá dentro e o conhecimento não sai de lá pras comunidades (Liderança 2).

A partir de uma formação que promova a construção do senso crítico dos sujeitos que estes passam a reconhecer e a cobrar o compromisso que as universidades têm – ou deveriam ter – com a sociedade enquanto instituição social. Compromissos esses podendo ser materializados por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, cabe situar o atual contexto em que se insere a Política Nacional de Educação e na qual a extensão se assenta. A partir de 2009, a UFSC, caracterizada como universidade pública e gratuita, expandiu-se para outros quatro municípios: Araranguá,

Curitiba, Joinville e Blumenau. Todos os novos *campi* foram instituídos com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de interiorização da Universidade para outras regiões em Santa Catarina. Cabe ressaltar, que esta expansão³¹ não se restringiu à UFSC, mas fez parte de um processo mais amplo no Brasil, no contexto dos dois mandatos do Governo Lula (2003 – 2006; 2007 – 2011).

Segundo dados disponíveis na página eletrônica da UFSC, são mais de 30 mil estudantes matriculados em 106 cursos de graduação presenciais e treze cursos de educação à distância.

Porém, antes da ampliação do ensino universitário se concretizar na era “Lula”, já havia um projeto de mercantilização e privatização da educação superior estabelecido no governo, do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002) em que “balizava seu projeto educacional por uma burocracia afinada com a agenda neoliberal, imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial” (OLIVEIRA, 2010, p. 117).

A lógica da mercantilização e da privatização da educação foram então continuadas, ganhando concretude no governo Lula tendo como centralidade o fim da gratuidade no ensino superior. Assim, a parceria regulamentada entre o público-privado fez com que as universidades passassem a disputar entre si por verbas e financiamentos (OLIVEIRA, 2010).

Com a criação de bolsas de estudos para o ensino superior privado somado à própria redução da verba pública para as instituições de ensino superior (IES) induzindo à captação de recursos por meio do mercado capitalista, a educação passa a se distanciar de seu direito social transformando-se em mercadoria (CHAVES, 2010, p. 482), impulsionando assim, as IES privadas no mercado.

A educação como mercadoria vai ressignificando o processo educativo à medida que as IES passam a ser regidas e avaliadas por índice de produtividade e definidas por regras e padrões que a destitui de um caráter social, fundamentada na autonomia da universidade pública e comprometida com a democracia e a socialização do saber.

Com isso, embora a expansão universitária tenha possibilitado o acesso de um maior número de pessoas ao ensino superior por meio do crescimento das IES privadas – ainda que resguardadas uma análise quanto à qualidade destas – a atenção quanto à manutenção e a

31 A Política de expansão universitária brasileira é parte da reforma do Estado iniciada no Brasil na década de 1990. Ver em “Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A Formação dos Oligopólios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>

própria redução de recursos para a expansão não foi suficiente, assumindo a lógica mercantilista da educação a centralidade na reforma da educação superior (CHAVES, 2010, p. 482).

Os dias atuais, no entanto, não apontam novos e prósperos rumos para educação. Com o profundo avanço neoliberal, a grave crise pela qual o Brasil vem passando e que afeta o sistema político, econômico e social – intensificado após o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff³² – não deixou a esfera da educação incólume às investidas autoritárias e ultraliberal dos governos posteriores.

Em 2016, a educação já havia sofrido um forte ataque com a Lei nº 95/2016 (PEC 55) que estabeleceu o congelamento de gastos por 20 anos no orçamento da União, afetando diretamente áreas da saúde e educação.

A lógica da privatização se mantém entre as propostas do novo governo, assim como a militarização do ensino que passou a ser pauta entre as entidades e movimentos educacionais, e também a retirada da autonomia das IES.

Agudiza-se a esse cenário, os recentes cortes orçamentários na educação, conforme anunciado pelo ministro da educação³³, na qual, as universidades públicas têm 30% do orçamento bloqueados, comprometendo contratos com prestação de serviços, assim como despesas habituais de água e energia elétrica, mas, principalmente, afetando o planejamento de atividades programas, implicando ainda, na permanência de estudantes nas universidades, já que os cortes afetam o funcionamento de restaurantes universitários e também os programas de assistência estudantil (BENITES, 2019), colocando em risco a própria condição das universidades se manterem em pleno funcionando.

Com isso posto, é incerto pensar atividades extensionistas alinhadas à pesquisa quando a educação e a universidade pública estão, permanentemente, sob ataques em um viés ideológico anti-intelectualista.

Nesta direção, mudanças ocorridas na Política Nacional de Educação (PNE 2014-2024) deliberada pelo Ministério Público, estabeleceram novas diretrizes para a Educação

³² O processo de impedimento teve início em 2 de dezembro de 2015 e se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff. O pedido de impeachment justificado pelos juristas foi o de crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

³³ O ministro Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação após demissão de Ricardo Vélez Rodriguez que assumiu o cargo de ministro por menos de três meses. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47859934>.

Superior Brasileira, em especial, a Resolução Nº 17 de 18 de dezembro de 2018 que trata da extensão universitária, e na qual é definida como

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 1/2).

A curricularização da extensão é uma política pública que propõe assegurar que, no mínimo, 10% do total dos créditos dos cursos de graduação sejam integralizados por meio de atividades de extensão, principalmente, aquelas de maior relevância social.

A referida Resolução que estabelece o prazo de três (03) anos para que as instituições de ensino superior possam implantar as novas diretrizes, propõe-nos alguns questionamentos acerca da implantação de projetos ante a nova legislação, já que ela implica em questões burocráticas administrativas, demandas financeiras, culturais ou comportamentais e pedagógicas (COELHO, 2017, p. 14), assim, quais as possibilidades reais e efetivas de curricularizar a extensão? Ou mesmo, como impor um “ajuste” as comunidades para que suas demandas possam se adequar à proposta?

Diante da normativa do MEC é importante considerar que a possibilidade do/da estudante compor na sua formação a intervenção nas práticas junto às comunidades se estrutura na concepção e na prática da diretriz, previsto nos incisos II e I dos artigos 5º e 6º da Resolução respectivamente, em que se estabelece

- a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; (BRASIL, 2018, p. 2).

A curricularização oportuniza o reconhecimento da extensão como atividade curricular, já que historicamente, essa linha que compõe o tripé da educação superior esteve relegada a um patamar inferior em relação ao ensino e a pesquisa.

A normativa estabelece ainda o cumprimento dos dispostos do PNE pelas IES, nas quais devem incluir em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) os seguintes termos:

- A concepção de Extensão [...];
- O planejamento e as atividades institucionais de extensão;

- Forma de registro das modalidades extensionistas;
- Estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão;
- Política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores;
- Previsão e estratégias de financiamento das ações extensionistas (BRASIL, 2018, p. 3).

No contexto da UFSC, o tema da curricularização da extensão vem sendo discutido desde 2016, porém, os debates se intensificaram a partir de agosto de 2018 quando foi criada a Comissão Mista de Curricularização (CMC) que vem trabalhando em apoio à universidade para promover a creditação curricular da extensão³⁴ (UFSC, 2018).

Nessa perspectiva, manter a continuidade dos projetos como o CFP ou implementar novos projetos de formação vinculados à extensão se coloca como mais um desafio ao Nessop, uma vez que a proposta implica em uma reorganização interna do Núcleo e das professoras que compõe o quadro.

Mas, para além da dinâmica interna do Nessop se questiona o tratamento burocrático e os formalismos impostos pela proposta da curricularização que podem implicar na efetiva execução das atividades extensionistas que ainda precisa contar, principalmente, com o aporte de recursos o que ainda é uma lacuna na proposição, mas que impacta, sobremaneira, na viabilização da extensão.

4.2 O CFP e o Nessop: sobre as condições concretas de se realizar extensão universitária

No âmbito do Nessop, um dos meios pelo qual ocorre a relação universidade e a sociedade é a extensão universitária, na qual se assenta o projeto CFP, objeto de análise deste estudo.

É importante situar que o Nessop tem sua gênese nas ações de organização popular junto aos movimentos comunitários, sendo, as primeiras ações do Núcleo datadas de 1984 quando foi criado o Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário (NEDC) que vinculado ao Departamento de Serviço Social constituía-se em um espaço de análise e investigação crítica dos contextos sociocomunitários objetivando estreitar e intensificar o compromisso e a relação entre universidade e sociedade (NESSOP, 2008).

Ao final da década de 1980, mais precisamente, entre os anos de 1989 e 1992, após revisão curricular do Curso de Serviço Social, o grupo passou a se chamar Núcleo de Estudos das Populações (NEP) e foi somente a partir de 1993, com o grupo já estruturado enquanto

³⁴ Outras informações acerca da implementação da Resolução na UFSC podem ser acessadas no link: <http://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/>. Acesso em 05 de junho de 2019.

núcleo, que passou a ter a nomenclatura que se conhece atualmente, Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.

Ao longo de sua trajetória o Nessop vem desenvolvendo ações junto às organizações populares alicerçadas sob a tríade do ensino, pesquisa e extensão e no princípio de sua indissociabilidade. Princípio este, legislado no artigo 207 da CF (1988) em que determina que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL) de forma integrada, e também de acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN).

Desde sua criação, em 1996, o Nessop desenvolve projetos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão acerca das temáticas como movimentos sociais de traços urbanos e de vida associativa (associação de moradores, fóruns e grupos temáticos), formação sociopolítica e a ação do serviço social, assunto este a ser tratado especificamente na próxima seção.

Com a institucionalização e a reconhecida importância dos espaços de participação social, instituídos e legitimados com a CF de 1988, demandas como formação política passou a ser pensadas como forma de qualificar a atuação da sociedade civil nesses espaços.

A CF (1988) consolidou, em especial por meio dos capítulos 198 e 204, a participação do cidadão na formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Os capítulos em questão deram origem à criação dos conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde e assistência social nos três níveis de governo.

Assim, no campo da formação sociopolítica, um dos meios pelos quais tal formação vem se materializando pelo Nessop atualmente, é o projeto de extensão CFP, desenvolvido pelo Núcleo desde 2009.

Contudo, é importante dizer que atividades de formação já vinham sendo desenvolvidas pelo Nessop desde 1998, conforme Quadro 6, analisado por Menegon (2010).

Nessa direção, o Nessop há mais de vinte cinco anos, vem desenvolvendo ações de ensino e pesquisa, ao configurar-se como espaço acadêmico de investigação e de reflexões teórico-metodológicas, e também de atividades extensionistas na relação com as lutas sociais promovendo a formação política dos sujeitos nelas inseridas.

Quadro 6 - Atividades de formação realizadas pelo NESSOP (1998-2010)

Atividade	Entidade Solicitante/Parceira	Ano
Projeto Estadual de Formação de Lideranças Populares-Comunitárias	FAMESC	1998
Curso Regional de Agentes Formadores de Lideranças Comunitárias	FAMESC	1998
Projeto de Formação Política para Agentes do Movimento Sócio-Comunitário Popular - Construindo Cidadania	Conjunto Habitacional Sapé; Conjunto Habitacional Vila Cachoeira; Conselho Comunitário Saco Grande	2001
Formação de Gestores Comunitários	UFECO	2003
Formação de Gestores Comunitários	UFECO	2004
Formação Sociopolítica em Gestão Comunitário e Política Urbana	UFECO	2005
Seminários Regionais: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis	UFECO	2007
Capacitação Sociopolítica do Corpo Diretivo da UFECO e suas bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO	UFECO	2008
Formação Sociopolítica para lideranças no CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”	UFECO	2008 2009
Curso de Formação Permanente: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (1ª. edição)	UFECO	2009
Curso de Formação Permanente: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (2ª. edição)	UFECO	2010

Fonte: Menegon (2010)

[...] você adquire conhecimento, percepção da realidade, conhecimento de como funciona as coisas [...] então a formação não pode deixar de ter nunca (risos). Acho que o NESSOP precisa continuar a fazer, o Departamento de Serviço Social tem que apoiar o NESSOP (Liderança 4).

No tocante ao relato acima, percebe-se que o sujeito compreende o Nessop como apartado do Departamento de Serviço Social, sendo essa vinculação existente desde a concepção do Núcleo, o qual tem suas ações norteadas a partir dos seguintes princípios:

- Defesa da Universidade Pública, Autônoma e Gratuita;
- Incentivo à organização autônoma dos sujeitos coletivos e movimentos sociais;

- Compromisso com o fortalecimento das lutas contra todas as formas de exploração e opressão considerando as relações de classe, raça, etnia e gênero;
- Defesa da democracia participativa e o fortalecimento do sujeito popular na construção das políticas sociais com caráter decisório e deliberativo;
- Reafirmação do Projeto Ético-Político do serviço social na direção do fortalecimento do sujeito popular (NESSOP, 2018, p. 3).

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Núcleo comprometem-se com os princípios da democracia, da participação e potencialização de processos sobre organização popular e o fazer coletivo (NESSOP, 2016, p. 4).

Dessa forma, a possibilidade transformadora da realidade como finalidade da relação universidade e sociedade, se materializa, principalmente, nos processos de extensão.

A direção transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas; o diálogo entre universidade e comunidade, pautado na aliança com movimentos sociais para o enfrentamento de desigualdades, caracterizado pela troca de saberes, superando o discurso da hegemonia acadêmica; privilegiando a interdisciplinaridade, a interinstitucionalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PRATES, 2017, pág. 5)

Contudo, compreende-se essa possibilidade de ação transformadora como desafiante ao Nessop em decorrência dos desdobramentos da conjuntura brasileira que afeta, sobremaneira, a educação brasileira, conforme analisado mais adiante.

Quanto a estrutura organizacional do Nessop, o Núcleo se organiza a partir de uma dinâmica interna que prevê reuniões periódicas, de caráter político-administrativo para organização, acompanhamento das ações e deliberações que reafirmam sua direção política e pedagógica, e na qual participam todos os membros de sua equipe, hoje composta conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Membros ativos do Nessop 2019.

Vinculação	Nº
Professoras em contrato de regime de dedicação exclusiva (DE)	03
Professora colaboradora aposentada	01
Bolsistas em caráter de extensão	04
Estudantes em estágio	02
Estudantes do Programa de Pós graduação em Serviço Social	01

Fonte: Elaboração própria com base nas relatorias do Nessop.

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil, o Nessop atua nas seguintes linhas de pesquisa: Serviço Social e Processos políticos organizativos e Participação popular e políticas sociais³⁵.

Dessa forma, além das reuniões ordinárias, realizam-se também reuniões de estudo – de forma independente – dos projetos específicos e com temáticas mediadas a partir de cada linha de pesquisa, conforme Quadro 8.

Os projetos de extensão desenvolvidos atualmente, no e pelo Nessop se alinham a uma centralidade de formação que busca despertar a consciência crítica e política, voltado tanto para sujeitos de segmentos populares, como o CFP, quanto para o público feminino, por meio, por exemplo, do Projeto Faladeiras que se constitui em um projeto de formação voltado, exclusivamente, para o público feminino.

Quadro 8 - Projetos do Nessop, segundo suas linhas de pesquisa e extensão (2018 – 2020)

	Participação Popular e Políticas Sociais	Serviço Social e Processos Políticos Organizativos	Trabalho, Feminismo e Serviço Social
Projeto de Extensão	Curso de Formação Permanente; ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais; Grupo de Estudos Questão Urbana.	Supervisão Profissional a Assistentes Sociais.	Projeto de Extensão Faladeiras; Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a temática "Trabalho, Feminismo e Serviço Social".
Projeto de Pesquisa	Saúde e Serviço Social: planejamento, participação e exercício profissional.	As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais (co-participação a outros Núcleos/docentes).	

Fonte: Elaboração própria com base no Plano NESSOP 2018-2020.

Nesse sentido, a relação direta com a população, particularmente com as classes subalternizadas, busca estreitar e conjugar os conhecimentos acadêmicos com as experiências e demandas da sociedade civil. Ademais, a extensão universitária não se concebe em uma prática unilateral, na qual os conhecimentos técnicos e teóricos se sobreponham aos saberes cotidianos que emanam da população.

³⁵ Conforme informações do portal de diretório de grupos de pesquisa no Brasil do CNPQ, disponível em <http://dgp.cnpq.br>. Acesso em 12 de maio de 2019.

A relação que se estabelece entre esses dois universos, se vale de uma contribuição dialética, na qual o estudante tem a possibilidade de articulação da teoria e a prática, superando a pseudodicotomia entre elas, e os sujeitos a oportunidade de poder acessar um tipo de conhecimento ao qual não tiveram acesso pela via formal da educação.

Acho que todos os participantes [...] todos eles saíram satisfeitos com o projeto, acaba atendendo um pouco da expectativa porque existe muita dúvida, para muitas dúvidas e muitas pessoas nas comunidades que não tem formação nenhuma, não tem conhecimento [...] mas às vezes ele tem uma experiência e a experiência dele ajuda, principalmente na base comunitária, nas formações de comunidade (Liderança 1).

Esse vínculo possibilita, portanto, a percepção de novos conhecimentos e a elaboração de uma nova visão acerca da realidade estabelecida por meio da relação teoria x prática, e apreendida tanto pelos sujeitos quanto pelo discente e/ou profissional, em uma perspectiva de socialização de saberes.

A extensão universitária oportuniza ainda aos discentes reflexões sobre os conhecimentos teóricos apreendidos em sala de aula na mediação com as demandas externas, contribuindo para a formação de um profissional mais crítico e cidadão, uma vez que

*A universidade é o *locus* privilegiado da formação profissional e sua direção social é fundamental para a garantia da formação de profissionais conscientes, críticos e criativos, que consigam pautar sua ação na unidade dialética entre teoria e *práxis* (OLIVEIRA, 2010, p.120).*

A formação emancipadora, nesse sentido, ultrapassa os limites de aprendizagem academicista, pois, se alinha a fatores externos pertinentes a realidade social brasileira e que irão propiciar ao aluno/aluna a capacidade não apenas de produzir (novos) conhecimentos, mas também de agir com, e a partir deles para a transformação da realidade.

Assim, a extensão se apresenta como um importante instrumento de efetivação do compromisso da universidade junto à sociedade, em especial, no que se refere ao aprofundamento da cidadania, quando é capaz de se conectar a população atuando de forma a minimizar os impactos das desigualdades sociais por meio da construção de ações que possibilitem pensar estratégias visando à emancipação dos sujeitos.

Dessa forma, embora se reconheça a importância de ampliar e manter espaços de reflexões e de formação como o Nesson, sabe-se também, as dificuldades de concretizar atividades extensionistas sem a perspectiva de dispor de recursos financeiros, já que nem o Núcleo, nem mesmo o DSS não possuem dotação orçamentária própria. Para as necessidades

mais imediatas conta-se com recursos de doação da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicas (FEPESE), assim CSE, unidade ao qual o DSS está diretamente vinculado.

Em relação à concessão de bolsas para os projetos de extensão, a única forma de acessá-las ocorre por meio de edital anual do Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSA) publicado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFSC, no âmbito de toda a universidade, com cotas específicas para o CSE.

Atualmente (2019) no Nessop, são contemplados com bolsas no valor de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais) quatro estudantes de graduação em Serviço Social, dois deles vinculados ao projeto “CFP: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais” e as outras duas estudantes vinculadas ao projeto “Faladeiras: formação para mulheres de comunidades populares”, todas em caráter de extensão. No entanto, e conforme já pontuado ao longo desse trabalho, a concessão de bolsas de extensão para os estudantes não é suficiente para manter projetos de extensão da natureza do Nessop, primeiro, porque o número de estudantes contemplados com bolsa de extensão ainda é pequeno considerando todas as demandas previstas no projeto, segundo, porque a execução do projeto exige aporte financeiro para outros recursos, como por exemplo, compra de materiais e fornecimento de lanches, já que as aulas do CFP são realizadas a noite – quando participantes se deslocam direto do trabalho para o curso – com duração em média de quatro horas.

Nesse sentido, os desafios para o Nessop, no contexto da universidade como um todo, também se intensificam na medida em que as possibilidades de manter e executar projetos de formação vinculados à extensão está na esteira de uma profunda crise educacional.

As condições insuficientes para a construção de novos projetos de extensão ou para manter os que já existem implicam na formação de ambos os sujeitos do processo, ou seja, afeta as possibilidades de acesso da comunidade aos conhecimentos teóricos e científicos, assim como interfere no processo de formação do/da estudante ao impossibilitar sua reflexão e intervenção na realidade social. A ausência de experiências dessa natureza na formação do aluno/aluna implica em uma artificial indissociabilidade no que concerne o tripé da educação superior.

Compreende-se assim, que a articulação entre a universidade e o seu entorno são fundamentais para o fortalecimento das ações e do compromisso do Núcleo com as classes subalternizadas no atendimento de suas demandas, sendo a formação sociopolítica, a mais demandada delas, já que o curso tende a fortalecer as bases para uma participação comunitária e gestão de conselhos e suporte para formulação de políticas públicas locais mais eficazes.

Nessa perspectiva, o Nessop, enquanto espaço de referência política e lócus de ação profissional no interior da UFSC busca acompanhar e fortalecer a dinâmica e a luta dos segmentos sociais por meio do CFP.

A realidade é, portanto, desafiante ao Nessop no sentido de dar continuidade às atividades de extensão, como as formações, em um contexto de retrocesso político, de supressão dos direitos sociais e do desmonte da educação. Não por acaso, a análise de conjuntura é conteúdo fundamental nas formações do CFP, a fim de que se possa compreender o movimento da realidade e suas alterações face aos elementos que vão desenhando determinados momentos da história.

Assim, embora o horizonte não aponte, por ora, perspectivas educacionais mais otimistas, deve-se empreender atenção e reflexão, por parte de todos que almejam e lutam pela defesa de uma educação de qualidade e de uma universidade pública, gratuita e autônoma para que formações políticas, como as desenvolvidas pelo CFP, possam continuar tendo relevância na militância dos sujeitos populares de Florianópolis.

Com certeza eu não teria a qualificação que eu julgo ter, se não tivesse passado pelo NESSOP. Se já foi difícil, olha, teria sido praticamente impossível. Não só eu como as pessoas, como as lideranças na época que fizeram o curso no NESSOP (Liderança 2).

Nessa conjuntura de incertezas em que as perspectivas para a educação soam desalentadoras, é imprescindível manter o fôlego e a resistência na luta política e social para que as mudanças possam ser possíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho teve como objetivo central analisar a contribuição dos cursos de formação desenvolvidos pelo Nessop com enfoque no CFP, ao qual se debruçou sobre as particularidades do curso em um recorte temporal compreendido no período de 2009 a 2012 e 2017 a 2018.

A metodologia da pesquisa – análise documental e entrevistas com lideranças – favoreceu o percurso dessa elaboração revelando algumas constatações.

Dos objetivos específicos que se tinha como meta, como a caracterização das entidades e o perfil dos sujeitos participantes, e de acordo com o que foi discorrido constatou-se que o público das edições do CFP foi constituído, majoritariamente, por mulheres, com exceção da edição de 2010, na qual a presença de participantes do gênero masculino foi maior. Ao relevar a condição a qual a mulher, historicamente esteve implicada, sua expressiva e ativa participação nos espaços políticos tem relevância significativa no que se refere a sua trajetória na história dos movimentos sociais. Porém, cabe ressaltar que, embora se tenha analisado a participação na relação com o gênero indicado pelos sujeitos, o CFP não faz distinção de gênero na seleção dos participantes, pois, a pertinência no curso se dá na participação coletiva e na troca de experiências entre todos os participantes, independente do gênero.

Observou-se ainda que o público expressivo em todas as edições foi de participantes adultos com idade entre 31 - 45 anos em detrimento do público mais jovem, o que nos leva a refletir que o tipo de ação de organizada, como o CFP delimita, conseqüentemente, um determinado público. Tal dado se apresenta como aspecto a ser aprofundado em pesquisa, pois, ao analisarmos os atos e manifestações mais importantes no país realizados principalmente, a partir de 2013 observa-se que foram conformados em sua maioria por jovens e estudantes. Assim, dada as condições em que o CFP é ofertado, como o local fixo, dias e horários de execução, talvez, seja um indicativo de maior adesão de um público mais “maduro”.

Outro aspecto da análise do perfil apontou que a maioria dos participantes da formação finalizou a graduação superior, o que significa repensar formas de sensibilização para se chegar àqueles sujeitos que tiveram menor possibilidade de acesso ao conhecimento (técnico e específico).

As análises também revelaram que o próprio movimento da realidade inferiu mudanças nas formas organizativas dos sujeitos. Isso foi notável na caracterização das

entidades representadas ao longo dos CFP's, ao qual, no primeiro ciclo do curso esteve voltado, notadamente, para as entidades comunitárias, hoje, porém, percebe-se que outro perfil de entidades e organizações passou a ter maior participação no segundo ciclo do curso, como por exemplo, os fóruns, o que demonstra a necessidade de aprofundamento no conhecimento desses segmentos.

De uma forma geral, fica evidente a diversidade de organizações que hoje se apresentam e se auto-intitulam em diferentes frentes de lutas. Essa multiplicidade de inserção dos sujeitos impõe como desafio ao Nessop, rever as formas de mobilização na relação de quais públicos se pretende atingir, entendendo que, para além dos sujeitos “tradicionais” nas associações de moradores, outros tantos estão diluídos em diversos outros segmentos populares revelando assim, que há uma grande fragmentação dos sujeitos e grupos organizados.

Por sua vez, outra dimensão que se objetivou analisar relacionava-se aos conteúdos desenvolvidos ao longo do CFP. Nesse sentido, embora não se tenha avaliado o conteúdo propriamente dito, as avaliações, principalmente as realizadas pelos participantes da formação, assim como dos entrevistados apontaram que o conteúdo abordado, em todas as edições, foram pertinentes, em especial quando se pode apreendê-los na conjuntura e na leitura da realidade.

A linguagem utilizada pelos ministrantes foi outra questão de análise e que, embora se tenha percebido que a maioria dos participantes tenha afirmado que foi de fácil compreensão, houve, ainda que em pequena porcentagem, participantes que em algum momento da aula sentiu dificuldades em compreender determinados termos. Assim, é sempre importante que o ministrante não perca de vista que seu público é heterogêneo sob mais de um aspecto.

No decorrer da elaboração deste trabalho outro tema ascendeu de forma que foi relevante abordar a importância da extensão universitária no atual contexto brasileiro, já que o CFP, objeto deste estudo, se caracteriza como projeto de extensão.

A relevância da abordagem da curricularização da extensão faz todo sentido no contexto de crise nacional, em especial, as mudanças que decorrem na esfera da política de educação e na qual afeta as IES no que tange a proposta de curricularizar a extensão como disciplina obrigatória e o que isso acarreta em termos de efetividade e qualidade da ação.

A proposta, ainda que recente e, portanto, de difícil análise mais aprofundada, já aponta lacunas passíveis de indagações, a começar pelo aporte de recursos – necessários – para o desenvolvimento das ações e a sobrecarga de trabalho dos docentes, entendendo que ela se tornará uma atividade adicional.

Assim, por mais que se reconheça a importância de alçar a extensão a um patamar mais elevado, como do ponto de vista pedagógico na qual ela é notadamente relevante para a formação dos estudantes, é importante pensar que a implementação da proposta irá acarretar em uma série de demandas – burocráticas – para gestão universitária, incluindo, principalmente, as de ordem financeira.

Pensando em possibilidades de êxito ao incorporar as mudanças, no âmbito do Nessop, pensa-se que, uma das estratégias de sobrevivência do Núcleo nessas circunstâncias seria criar condições de conjugar a extensão à pesquisa, investindo-se na produção do conhecimento e aplicando seus resultados junto às comunidades e aos movimentos sociais, reforçando assim, o caráter da indissociabilidade da tríade do ensino superior.

Por parte dos sujeitos que avaliaram o CFP ao longo das edições somados aos relatos dos entrevistados foi possível perceber o reconhecimento e a importância do Nessop, tanto no contexto de vida dos sujeitos quanto na relação com a conjuntura, reforçando, portanto, a necessidade de pensar estratégias de fortalecimento para a manutenção desse importante espaço que se configura o Núcleo. Espaço este que também reforça o compromisso da categoria de assistentes sociais com as lutas sociais junto à classe trabalhadora e aos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, a manutenção de um núcleo como o Nessop, com todas as dificuldades impostas num contexto de retrocesso dos direitos sociais e do avanço do conservadorismo e que coloca esse espaço em risco, torna-se, verdadeiramente, uma forma de resistência.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L (Orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AROUCA, A. S. S. “Saúde e democracia”. **Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde**, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-47.

BARROS, Larissa D. V.; TEIXEIRA, Carmen F. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000600394&lng=pt&tlng=pt.

BENITES, A. **Governo da confusão nacional de Bolsonaro inflama as ruas e amplia desgaste no Congresso**. Publicado 16/05/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/16/politica/1557966431_114076.html. Acesso em 18 de maio de 2019.

BITTENCOURT E CASTRO, Zulamar Maria. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960 - 1980). **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 1, p. 13-30, jan. 1997. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5400/4742>>. Acesso em: 12 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

BOGO, A. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Identidade e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final da CNV**. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesseo-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 01 março de 2019.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 28 de abril de 2019.

_____. **Medida provisória nº 873**, de 1 de março de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv873.htm. Acesso em 15 abril de 2019.

_____. Resolução Nº 17 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 08 de junho de 2019.

BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana. **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.111, abr./jun. 2010, p. 481-500. Disponível em: <http://goo.gl/YD4eAk>. Acesso em 29 de maio de 2019.

COELHO, G. C. A extensão universitária e sua inserção curricular. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p.5-20, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8yl6h0gKiZcJ:https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/download/257/pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 09 de junho de 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, v. 1, n. 29, p. 133-155, jan./jun. 2015.

ESCOREL, S. *et al.* As origens da Reforma Sanitária e do SUS. In. LIMA, N. T. *et. al.* (orgs). **Saúde e democracia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 59-81.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 maio de 2019.

FORUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS (FPPF). Disponível em: <http://forumpoliticaspUBLICAS.blogspot.com/2012/09/carta-de-principios-fmpp.html>. Acesso em 35 maio de 2019.

FORUM SOCIAL MUNDIAL. **Fórum Social Mundial**. Disponível em: <https://wsf2018.org/carta-de-principios-do-forum-social-mundial/>. Acesso em 30 maio de 2019.

FREIRE, P. **Conscientização - teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação**. Rio de Janeiro: Vila das Letras, 2007.

FRENTE PARLAMENTAR DA PREVIDÊNCIA. **Reforma da Previdência**. Disponível em: <http://frenteparlamentardaprevidencia.org/documentosreformagovernobolsonaro/>. Acesso em 15 de abril de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KECK, Margaret. **O movimento sindical e a formação do PT**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/khwkr>. Acesso em: 21 de março de 2019.

KRUGER, T. R. Participação da comunidade: 20 anos de diretriz constitucional. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n°8 (2):75-90, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 12/03/2017.

KRUGER, Tânia Regina; OLIVEIRA, Andréia. **Trinta anos da Constituição Federal e a participação popular no SUS**. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 10, p. 57-71, 2018.

LEHER, R.. Educação Popular como Estratégia Política. In: Edineide Jezine; Maria de Lourdes Pinto de Almeida. (Org.). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. 1ª ed. São Paulo: Alínea, 2007, v. 1, p 19.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Protestos Brasileiros no Ciclo 2013-2015**: uma análise gramsciana das ações coletivas populares / Telma Cristiane Sasso de Lima; orientadora, Ivete Simionatto - Florianópolis, SC, 2017. 358 p.

LOBO, Elizabeth Souza. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 17, out. 1991.

LÜCHMANN, L.H.H. Subjetividade e democracia nas organizações da UFECO. **Revista Katalysis**. Florianópolis: EDUFSC, n. 1, p. 59-73, 1996.

_____. 2007. A representação no interior das experiências de participação. **Revista Lua Nova**, n°70. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a07n70.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019.

MACHADO, Maria Catarina. **Formação sócio-política e metodológica de gestores comunitários no município de Florianópolis**: uma experiência na relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118056?show=full>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

MACHADO, Simone Matos. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977 - 1983)**: Um caso de oposição sistemática. 1990. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MATTOS, Marcelo B. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B. (Org.). **Movimentos sociais e Serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. P. 85.

MENEGON, Rafael Ranieri. **Formação Sociopolítica**: Um estudo sobre as experiências do NESSOP. 2010. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120478>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MESQUITA, M. R., BONFIM, J. Padilha, E., & Silva, A. C. (2016). Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte. 2016, vol.28, n.2.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Método de trabalho de base e organização Popular**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST). **As linhas políticas do MTST**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>. Acesso em: 15 abril de 2019.

NESSOP. Plano de Ação do NESSOP do biênico 2007/2008 e 2009/2010.

_____. Plano de Ação do NESSOP do triênio 2018-2020.

_____. Projeto de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais. Florianópolis, 2008.

_____. Relatório Final do CFP 2009.

_____. Relatório Final do CFP 2010.

_____. Relatório Final do CFP 2011.

_____. Relatório Final do CFP 2012.

_____. Relatório Final do CFP 2017.

_____. Relatório Final do CFP 2018.

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga de. Assessoria e serviço social: articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: BRAVO, M. I. S. et al. (orgs). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERRUSO, Marco Antonio. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, p. 32-56, 2012.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 01 - 08, jan/jul. 2017. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27964>. Acesso em 30 de maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 17.484/2018. **Institui o Projeto Saúde e Creche Já**. Disponível em http://www.cmf.sc.gov.br/sites/default/files/pl_17.484-18.pdf. Acesso em 15 de maio de 2018.

PRIORI, A., *et al.* A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, A; *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008. (Coleção Paradidáticos. Série Poder).

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis : Vozes, 1999.

SERRA JUNIOR, Gentil. C.; ROCHA, Lourdes M. N. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. **Revista Katálysis** (Impresso), v. 16, p. 205-213, 2013.

SILVA, I. D. F. da. **A Importância das Redes Sociais nos Protestos Urbanos, da Rede às Ruas**. Paraíba: Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, 2014. 3 v. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/import%C3%A2ncia-das-redes-sociais-nos-protestos-urbanos-da-rede-%C3%A0s-ruas>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UFSC. **Acervo Memória e Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/>. Acesso em 22 de março de 2019.

_____. **Estrutura UFSC**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 28 maio. 2019.

VENDRAMINI, C.R. **A escola diante do multifacetado espaço rural**. Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 145-166, jan.-jun. 2004.

_____. **A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos no/do trabalho**. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewArticle/344>. Acesso em 15 de março de 2019.

WESTPHAL, Vera Herweg. **Experiências de extensão do NESSOP:** repensando as práticas de formação e capacitação sociopolítica. Extensio: Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2010v7nespp6>. Acesso em 11 de maio de 2019.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR -
NESSOP**

ROTEIRO ENTREVISTA TCC

Pesquisa: “A Formação Sociopolítica e a Organização Popular de Movimentos Sociais”

Pesquisadora: Jaqueline Dias Barreira Mariscal

- 1) Fale sobre sua trajetória no movimento e sua inserção e participação no CFP.

- 2) Qual sua motivação para participar do CFP?

- 3) Qual sua avaliação do CFP? (conteúdo; forma e apreensão dos conteúdos)

- 4) O CFP atendeu suas expectativas?

- 5) O curso contribuiu para sua militância no movimento? Sim; Não; Por que.

Apêndice B: Relação das entidades/organizações representadas no CFP (2012 – 2018)

- 1 08M
- 2 ACARI
- 3 ACRM
- 4 Aliança Ecosocialista Latino Americana (PSOL)
- 5 Associação Alto Pantanal
- 6 Associação Amigos da Criança – Morro Mocotó
- 7 Associação Bairro do Sambaqui
- 8 Associação Brasileira de Odontologia
- 9 Associação Brasileira de Portadores de Câncer e GAMA
- 10 Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)
- 11 Associação Comunitária da Queimada
- 12 Associação Comunitária do Pinheiros
- 13 Associação Comunitária Morro das Pedras
- 14 Associação Cultural Comunitária da Coloninha A Casa do Povo
- 15 Associação da Comunidade da Serrinha
- 16 Associação da Igreja Metodista - Estreito
- 17 Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Cidade Limpa (ABACLIM)
- 18 Associação de Moradores Aba Leste
- 19 Associação de Moradores Alto da Caieira
- 20 Associação de Moradores Areias do Morro das Pedras (AMAREIAS)
- 21 Associação de Moradores da Caieira do Norte
- 22 Associação de Moradores da Vila Tecnópolis (AMOVIT)
- 23 Associação de Moradores de Ratonés
- 24 Associação de Moradores do Estreito
- 25 Associação de Moradores do Itacorubi
- 26 Associação de Moradores do Jagatá
- 27 Associação de Moradores do Norte dos Ingleses
- 28 Associação de Moradores do Ratonés
- 29 Associação de Moradores do Tico-Tico
- 30 Associação de Moradores João Paulo
- 31 Associação de Moradores Ponta do Leal
- 32 Associação de Moradores Santa Terezinha II
- 33 Associação de Moradores Vila Santa Rosa
- 34 Associação de Pais e Professores da Creche Nossa Senhora Aparecida
- 35 Associação de Usuários da Saúde Mental de Florianópolis
- 36 Associação do Bairro Sambaqui
- 37 Associação do Pessoal da CAIXA de Santa Catarina (APCEF)
- 38 Associação dos Amigos do Hospital Universitário
- 39 Associação dos Moradores de Vargem Grande
- 40 Associação dos Moradores do Bairro da Trindade (AMBATRI)
- 41 Associação dos Moradores do Sol Nascente
- 42 Associação dos Moradores dos Loteamentos Village II e III (AMOVILLAGE)

- 43 Associação dos Moradores Mariquinha
- 44 Associação dos Pré e Aposentados do Sistema FIESC
- 45 Associação Jardim Pinheiros
- 46 Associação Moradores Alto Pantanal
- 47 Associação Moradores Jardim Praia Mar
- 48 Associação Nossa Senhora da Glória
- 49 Associação Pró-Brejaru
- 50 Associação Vila do Arvoredo
- 51 Bombeiros Comunitários de Biguaçu
- 52 CAPSad Continente (PMF)
- 53 Casa da Mulher Catarina
- 54 Casa de Apoio Liberdade
- 55 Casa do Educador
- 56 Central Única dos Trabalhadores (CUT-SC)
- 57 Centro Acadêmico Livre de Geografia (UDESC)
- 58 Centro Acadêmico Livre de Psicologia
- 59 Centro Cultural Escrava Anastácia
- 60 Centro de Apoio aos Portadores da AIDS
- 61 Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP) Monte Cristo
- 62 Centro de Educação Infantil Monte Serrat
- 63 Centro Espírita Raio de Luz
- 64 Coletivo Maria da Penha
- 65 Coletivo Santa Catarina
- 66 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Pastoral da Saúde
- 67 Conselho Comunitário Barra da Lagoa
- 68 Conselho Comunitário Cristo Redentor
- 69 Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui
- 70 Conselho Comunitário da Costeira do Pirajubaé
- 71 Conselho Comunitário da Vila Aparecida
- 72 Conselho Comunitário de Capoeiras
- 73 Conselho Comunitário do Furadinho
- 74 Conselho Comunitário do Jardim Eldorado
- 75 Conselho Comunitário do Santinho
- 76 Conselho Comunitário dos Ingleses
- 77 Conselho Comunitário dos loteamentos Jardim Anchieta, Flor da Ilha e Jardim Germânia (CONFIA)
- 78 Conselho Comunitário Fazenda do RioTavares
- 79 Conselho Comunitário Nossa Senhora do Mont Serrat
- 80 Conselho Consultivo Parque Estadual Rio Vermelho
- 81 Conselho de Segurança da Barra da Lagoa
- 82 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
- 83 Conselho Local de Saúde da Costeira
- 84 Conselho Local de Saúde da Prainha
- 85 Conselho local de Saúde da Tapera

- 86 Conselho Local de Saúde do Bairro Carianos
- 87 Conselho Local de Saúde do Córrego Grande
- 88 Conselho Local de Saúde do Estreito
- 89 Conselho Local de Saude do Pantanal
- 90 Conselho Local de Saúde do Rio Vermelho
- 91 Conselho local de Saúde do Saco Grande
- 92 Conselho Local de Saúde Rio Vermelho
- 93 Conselho Municipal de Assistência Social
- 94 Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
- 95 Conselho Municipal de Educação
- 96 Conselho Municipal de Saúde
- 97 Conselho Municipal de Saúde da Tapera
- 98 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- 99 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)
- 100 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- 101 CRAS Canasvieiras
- 102 CRAS Ingleses
- 103 Creche São Francisco de Assis
- 104 Federação Catarinense de Mulheres
- 105 Fórum Catarinense de Mulheres
- 106 Fórum Cultural de Florianópolis
- 107 Fórum da Bacia do Saco Grande
- 108 Fórum da Cidade
- 109 Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis
- 110 Fórum de Trabalhadores do SUAS
- 111 Fórum do Morro da Cruz
- 112 Fórum Estadual Permanente de Assistência Social
- 113 Fórum Estadual Usuários do SUAS
- 114 Fórum Municipal dos Usuários do SUAS
- 115 Fórum Regional da Grande Florianópolis
- 116 Fórum SC contra o golpe
- 117 Fórum Social do Saco Grande
- 118 Fórum Social Permanente Brejaru e Frei Damião
- 119 Frente Estadual pela Descriminalização e Legalização do Aborto
- 120 Fundação Catarinense de Cultura
- 121 Grêmio dos Professores e Funcionários (Colégio Antônio Peixoto)
- 122 Grupo de Estudos Arquitetos do Brasil
- 123 Grupo de Lideranças dos Ingleses
- 124 Instituto Catarinense de Juventude
- 125 Instituto Mangue Vivo
- 126 Lar Fabiano de Cristo
- 127 Membro de Comissão em Educação e auditoria
- 128 Movimento Negro Unificado
- 129 Movimento de Luta dos Bairros

- 130 Movimento de Mulheres Olga Benário
- 131 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas
- 132 Movimento do Povo da Rua
- 133 Movimento Hip Hop
- 134 Movimento Nacional Ocupa Política
- 135 Movimento Passe-livre
- 136 Movimento Ponta do Coral
- 137 Núcleo de Donas de Casa do Norte da Ilha
- 138 ONG Alegria
- 139 Partido Comunista Revolucionário
- 140 Pastoral da Criança
- 141 Pastoral da Juventude
- 142 Pastoral da Pessoa Idosa
- 143 Projeto Crer
- 144 Recicla Floripa
- 145 Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS
- 146 Revolução dos Baldinhos
- 147 Seara Espirita Entreposto da Fé (SEEDE)
- 148 Secretaria Municipal de Educação
- 149 Sindicato dos Arquitetos SC
- 150 Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI/SC)
- 151 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de SC (SINTRA-FESC)
- 152 SINERGIA
- 153 Sociedade Alfa Gente
- 154 Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE)
- 155 União Brasileira de Mulheres
- 156 União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO)
- 157 União Josefense de Associações de Moradores
- 158 Vila do Arvoredo

Apêndice C - Relação de ministrantes CFP 2009 – 2018

	Ministrantes	Edição	Entidade
1	Albertina da Silva Souza	2012	UFECO
2	André Soares	2009; 2010	Associação Caeté; Viaciclo
3	AngelaLiuti	2009; 2010; 2011	UFECO
4	Aracídio Neto	2012; 2018	
5	Beatriz Augusto Paiva	2009	DSS/UFSC
6	Carlos Eduardo Sell	2009; 2010; 2011	CFH/UFSC
7	Célia Vendramini	2018	CED/UFSC
8	César Pompêo	2009	
9	Cíntia Moura Mendonça	2018	
10	Dalila Pedrini	2009; 2010	
11	Domingos Micaella	2012	
12	Edson Cattoni	2009; 2010; 2011; 2012	
13	Elisete D. Giustina Dacoregio	2010; 2011; 2012	CFH/UFSC
14	Eliete Cibele Cipriano Vaz	2010	DSS/UFSC
15	Flávio Cruz	2009; 2010; 2011; 2012	CNN/UFSC
16	Iliane Kohler	2009; 2010; 2011;	DSS/UFSC
17	Itamar Aguiar	2010	
18	Jair Batista	2009	UFECO
19	Julian Borba	2009; 2010; 2011; 2012	CFH/UFSC
20	Juliane Justino	2011; 2012	
21	Lígia Lüchmann	2009; 2011; 2012	CFH/UFSC
22	Liliane Moser	2011	DSS/UFSC
23	Loureci Ribeiro	2012	
24	Luziele Tapajós	2017; 2018	DSS/UFSC
25	Marcelo Leão	2009; 2010; 2011	
26	Márcio da Silva	2010; 2011; 2012	CFH/UFSC
27	Marcos Pinar	2010	UFECO
28	Maria del Carmen Cortizo	2009; 2010; 2011; 2012	DSS/UFSC
29	Maria Regina Á. Moreira	2017; 2018	DSS/UFSC
30	Maria Teresa dos Santos	2009	DSS/UFSC
31	Mariana Levy	2012	
32	Maurílio Átila	2011	
33	Mauro Figueiredo	2011	
34	Modesto Azevedo	2009	UFECO
35	Ofélia Ortega Fraile	2011; 2012	
36	Quéli Flasch Anschau	2009	
37	Raúl Burgos	2009; 2010; 2011; 2012; 2018	CFH/UFSC
38	Remy Fontana	2010; 2011; 2017	CFH/UFSC
39	Roberta Raquel	2009; 2010	Viaciclo
40	Roberto Wöhlke	2009; 2010; 2011; 2012	UNIVALI
41	Rodrigo Mohedano	2010; 2011	
42	Rosina Duarte	2010	
43	Simone Sampaio	2009	
44	Tânia Regina Krüger	2009; 2010; 2011; 2012; 2017	DSS/UFSC
45	ValdésioAduci Mendes	2010; 2011; 2012	CFH/UFSC
46	Valter Martins	2010; 2011	DSS/UFSC
47	Vera Herweg	2009; 2010; 2011; 2012	DSS/UFSC
48	Vinicius Constante	2009; 2010; 2011; 2012	
49	Werner Kraus Jr.	2011; 2012	DAS/UFSC
50	Wilson Schmidt	2009	

Apêndice D - Composição da Equipe dos CFP's

Edição	Equipe
2009	Coordenação: Vera H. Wespthal - Iliane Kohler (professora) - Bruna Ramos Córdova (bolsista de extensão) - Isabela Ramos Ribeiro (bolsista de extensão) - Larissa Brand Back (bolsista de extensão) - Rafael Ranieri Menegon (estagiário)
2010	Coordenação: Vera H. Wespthal - Bruna Ramos Córdova (bolsista de extensão) - Débora Josiane de Carvalho (bolsista de extensão) - Isabela Ramos Ribeiro (acadêmica)
2011	Coordenação: Vera Herweg Wespthal - Débora Josiane de Carvalho (bolsista de extensão) - Juliana Cardozo de Elesbão (acadêmica)
2012	Coordenação: Vera Herweg Wespthal - Thaís Virgínia Rigo Loch (bolsista de extensão) - Lucas Haygert Panteleão (bolsista de extensão) - Nina Maleen Hilgenböcker (acadêmica – intercambista alemã)
2017	Coordenação: Maria Teresa dos Santos Iliane Kohler (professora colaboradora) Jaqueline Dias Barreira Mariscal (bolsista de extensão) Matheus Rachadel (acadêmico pós-graduação)
2018	Coordenação: Maria Teresa dos Santos Iliane Kohler (professora colaboradora) Jaqueline Dias Barreira Mariscal (estagiária) Bruna Monteiro (bolsista de extensão)